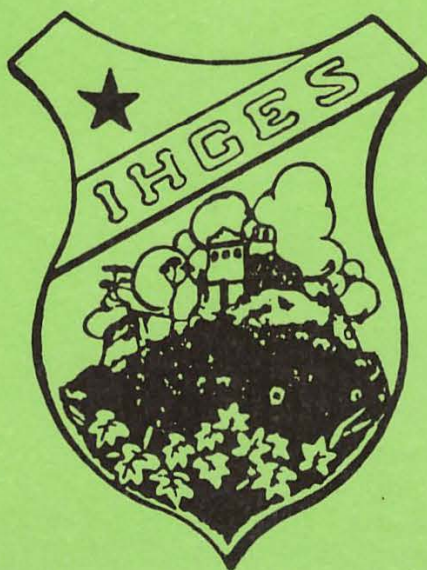


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1993/1994

Nº 43

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

DIRETORIA - 1993/1996

Presidente:

Ormando de Moraes

1º Vice-Presidente:

Francisco Schwarz

2º Vice-Presidente:

Miguel Depes Tallon

3º Vice-Presidente:

Léa Brígida de Alvarenga Rosa

4º Vice-Presidente:

José Higino de Oliveira

Secretário Geral:

José Garajau da Silva

Secretário Adjunto:

Victor Biasutti

Tesoureiro Geral:

João Bonino Moreira

Tesoureiro Adjunto:

Paulo Stuck Moraes

Orador:

José Garajau da Silva

Vice-Oradores:

Aylton Rocha Bermudes e Neida Lucia de Moraes

Encarregado da Revista:

Francisco Aurélio Ribeiro

Grandes Conselheiros com status de presidente de honra:

**Adelpho Pollo Monjardim, Carlos Teixeira de Campos e
Renato José Costa Pacheco**

Este número de nossa Revista está sendo editado com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Vitória, em virtude de convênio assinado entre as partes.

Distribuição gratuita às Escolas do Município de Vitória.

Pedidos à Caixa Postal nº 1561 - Vitória - ES - 29.000

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1993/1994

Nº 43

Índice

ESTUDOS E ENSAIOS

Vitória - Comércio importador - 1928-1993	
Renato Pacheco	09
A campanha de Canudos - Mario Bonzano	15

DISCURSOS E PALESTRAS

Em nome dos novos sócios - Arthur Carlos Gerhardt Santos ...	27
Vitória e suas transformações históricas	
Maria Izabel Perini Muniz	31
Missão cumprida - Renato Pacheco	39
Substituição difícil - Ormando Moraes	43

HISTÓRIA

História Eclesiástica do Espírito Santo - José Schiavo	49
História da conquista da lua - Paulo Stuck Moraes	53
A questão fiscal e a conduta de Tiradentes	
Miguel Depes Tallon	65

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA

Carta do Ministro Clovis Ramalhete, apreciando	
a Revista nº 37	71

CRÔNICAS, COMENTÁRIOS E NOTAS

Maneco e "Vida Capixaba" - Renato Pacheco	77
A Lei Rubem Braga - João Gualberto	79
Sergipanos na terra capixaba - Arivaldo Pontes	83
30 Anos sem Newton Braga - Miguel Depes Tallon	87
Maçonaria - José Higino de Oliveira	91
Recordações linharenses - Atahualpa Duarte Calmon Costa ...	93
Pantanal linharenses - O vale da Lagoa Suruaca	
Atahualpa Duarte Calmon Costa	95
O barco Bom Jesus e a história de Linhares	
Atahualpa Duarte Calmon Costa	96

POESIA

A poesia é necessária	101
Mestre Filó	101

Estudos e Ensaaios

Vitória - Comércio importador - 1928-1933

Renato Pacheco

Fernand Braudel, **A dinâmica do Capitalismo**, Lisboa, Teorema, 1985, p.61 lembra que "não é por acaso que, em todos os países do mundo, um grupo de grandes negociantes se destaca claramente da grande massa de comerciantes, e que este grupo, por um lado, é muito restrito, e, por outro, está sempre ligado ao comércio a longa distância — entre outras atividades".

Em Vitória, na década de 20, este grupo era constituído pelos exportadores de café e, conseqüentemente, importadores de produtos estrangeiros, Hard Rand, Arens & Langen, A. Prado e Cia, Oliveira Santos, Pietrangelo De Biase, como principais nomes.

Esta década foi de grande progresso para nossa cidade. A Cia. de Melhoramentos de Vitória usava aquilo que Luiz Derenzi, em **Biografia de uma ilha** chamava de "picaretas para o progresso". Inauguravam-se os Teatros Carlos Gomes e Glória. Havia cabarés e cassinos como o Trianon. Os preços altos que o café alcançava proviam a todos os negócios menores da cidade, que se modernizava.

Mas veio o outono (primavera no hemisfério sul) de 1929, e todo aquele sonhado progresso se estagnou.

John Kenneth Galbraith, em **O colapso da bolsa**, 1929, Rio, Expressão e Cultura, 1972 lembra, à página 79 que "nunca, antes, ou desde então, tantos se haviam tornado tão maravilhosamente, tão facilmente e tão rapidamente ricos. Talvez os Srs. Hoover e Mellon e a Reserva Federal tivessem razão em não intervir. talvez valesse a pena ser pobre por muito tempo, para ser rico por tão pouco tempo".

Mutatis Mutandis, Vitória viveu esta euforia embriagadora.

Mas é o próprio Galbraith quem ensina:

"Existe uma unidade essencial nos fenômenos econômicos; nenhuma muralha da China separa a circulação monetária do circuito da

produção. Wall Street — como profetas para outras finalidades os seus admitem — é de enorme importância na economia americana.

O "craque" do mercado de ações e a especulação que a tornou inevitável tiveram um efeito importante no comportamento, ou melhor, no mau comportamento, na economia por meses e anos subsequentes". (op. cit p.32).

Também esta análise se aplica a nossa cidade - porto de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo.

Este pequeno ensaio versa, à luz de documentação inédita que herdamos de nosso pai, Filogonio Pacheco, tradutor público e intérprete juramentado nº 2 em nossa Junta Comercial, as importações marítimas via Vitória, no período de 1928-1933, e demonstram claramente que, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, como que um violento freio foi aplicado na locomotiva do progresso de nossa cidade. O documento em meu poder contém 150 páginas, e registra todas as traduções e manifestos feitos, em nossa Capital, a partir de janeiro de 1928.

Verificamos, de início, que em 1928 chegaram a nosso porto, 23 navios estrangeiros, em 1929, 28, em 30, 14, em 31, 8, em 32, 4 e em 1933, 1 navio, sendo de notar que em novembro e dezembro de 1928 aqui aportaram 7 barcos contra 1 no mesmo período, no ano seguinte.

A maioria dos navios era americana, oriunda da América do Norte, dos Portos de Nova Iorque, seguido de Filadélfia, e com referências também a Tampico, Port Arthur, Galveston, Jacksonville, Savannah e Nova Orleans. Da Europa os embarques eram, em maioria, de Antuérpia, seguido de Aalborg e Dantzig.

Com referência às faturas consulares, todavia, há citações de Londres, Paris e Hamburgo.

A principal mercadoria daqui exportada era o café, seguido da madeira, em toras. Importávamos tudo, especialmente gasolina, querosene, cimento, trigo, além de muito material elétrico, telefônico, ferroviário, tintas, máquinas de escrever, e até xaropes de frutas, gelatina e breu; e um elegante automóvel Auburn, 76, com rodas de arame e faróis e guarnições níquelados, pesando 2.115Ks.

Segue-se a listagem completa com o nome do navio, data de sua chegada a Vitória e carga predominante:

Livro - 149 - Livro de traduções de manifestos

1928

17.01.1928 - navio inglês "Walworth" - material elétrico e ferroviário - fábrica de blocos de concreto - gasolina - querosene.

04.02.1928 - norueguês "Rygfa" - 6.000 barricas de cimento.

22.04.1928 - alemão - "Simon Von Utrechet" - gasolina e óleo.

17.05.1928 - inglês "Dolwort" - misturadores de concreto e material ferroviário, máquinas de escrever.

22.05.1928 - americano "Bangu" - drogas e material cirúrgico.

26.05.1928 - inglês "Sardinien Prince" - tinta anticorrosiva.

12.06.1928 - inglês "Mariston" - aço, material elétrico e telefônico - chapas de aço.

29.06.1928 - americano "Berny" - óleo e material agrícola.

14.07.1928 - inglês "Ardenhall" - máquinas de escrever e material elétrico.

30.07.1928 - americano "Bangu" - telefone e eletricidade, inflamáveis.

06.08.1928 - inglês "Brasil" - material elétrico e inflamáveis.

03.09.1928 - americano "Barreado" - material elétrico.

22.09.1928 - americano "Clearwater" - farinha de trigo.

06.10.1928 - americano "Brury" - material ferroviário.

06.10.1928 - americano "Bangu" - material elétrico e marítimo.

16.10.1928 - inglês "Ardenhall" - material marítimo e agrícola.

01.11.1928 - americano "Biboco" - material elétrico.

06.11.1928 - americano "Barreado" - 2 automóveis encaixotados, móveis - artigos de uso doméstico e material elétrico.

08.11.1928 - norueguês "Brasil" - papel para jornal e cimento.

09.11.1928 - inglês "Graigwea" - óleo, máquina.

05.11.1928 - americano "Bangu" - material elétrico, artigos de borracha.

20.12.1928 - americano "Berny" - material elétrico.

26.12.1928 - alemão "Steigerwald" - lúpulo - peça de guindaste longarinas de ferro.

1929

01.01.1929 - inglês "Boniface" - acessórios para automóveis, telefones e material elétrico.

03.01.1929 - francês "Admiral Sallandronge" - cimento.

05.01.1929 - americano "Biboco" - material cirúrgico.

09.02.1929 - americano "Barreado" - camas, motores marítimos, bom-

bas, material elétrico.

11.02.1929 - inglês "Brasil" - material para soldar.

04.03.1929 - americano "Bangu" - gasolina - 2 automóveis, camas de aço, máquinas de escrever.

fevereiro 1929 - americano "Berny" - lanternas, ferragens.

18.03.1929 - americano "Biboco" - automóvel e máquina de escrever.

18.05.1929 - americano "Bangu" - trigo, material ferroviário.

04.03.1929 - inglês "Trafalgar" - máquinas de somar, telefones, inflamáveis.

26.03.1929 - norueguês "S. Hard" - gasolina, querosene.

25.03.1929 - holandês "Maasdyk" - cimento, arame farpado, vidro.

18.05.1929 - americano "Barreado" - material ferroviário.

27.05.1929 - inglês "Danstaffanage" - móveis de aço, óleo de linhaça, máquinas de escrever, inflamáveis.

19.04.1929 - inglês "Granjepark" - material elétrico e ferroviário.

29.06.1929 - americano "Vittorio Emmanuelle III" - gasolina, automóvel.

03.07.1929 - sueco "Falco" - cimento.

08.07.1929 - inglês "Brasil" - carabinas, lanternas, material elétrico e de telefonia.

02.08.1929 - inglês "Boniface" - remédios e sabonetes.

08.08.1929 - alemão "Georgia" - tintas e vernizes.

04.09.1929 - inglês "Hendonhall" - material pequeno de ferro.

20.09.1929 - inglês "Soril" - material ferroviário.

07.09.1929 - americano "Bangu" - material de telefonia.

26.09.1929 - americano "Barreado" - óleo.

10.10.1929 - americano "Brury" - querosene "Sol"

30.10.1929 - alemão "Artemisia" - cimento e azulejos

24.10.1929 - inglês "Boniface" - trilhos e material ferroviário, fitas para máquina de escrever.

02.12.1929 - inglês "Brasil" - material ferroviário.

22.12.1929 - americano "Bangu" - inflamáveis, xarope de frutas, gelatina, breu.

1930

09.01.1930 - americano "Berny" - óleo lubrificante e querosene.

18.01.1930 - inglês "Travern" - material ferroviário e de telefonia.

21.01.1930 - americano "Afel" - lubrificantes e graxa.

24.02.1930 - inglês "Trafalgar" - carros e tanques.

01.03.1930 - americano "Bangu" - gasolina.

08.03.1930 - americano "Berny" - gasolina.

02.03.1930 - inglês "Brasil" - máquina de escrever, cimento branco, material elétrico e ferroviário.

10.05.1930 - americano "Bangu" - gasolina, querosene, trigo e máquinas de escrever.

13.06.1930 - americano "Higbo" - medicamentos, creme dental, pentes, essência de frutas, gelatina.

17.06.1930 - inglês "Boniface" - papel carbono, material elétrico.

04.07.1930 - americano "Berry" - trator, inflamáveis.

25.07.1930 - americano "West" - querosene Estrela e gasolina.

22.08.1930 - alemão "Arta" - arame farpado e cimento.

09.09.1930 - americano "Higbo" - bombas hidráulicas e trigo.

1931

14.01.1931 - americano "Lorraine Cross" - óleo, querosene Estrela, gasolina.

21.01.1931 - americano "Langerties" - trigo.

24.02.1931 - americano "Bangu" - gasolina.

01.04.1931 - brasileiro "Barbacena" - gasolina.

14.04.1931 - americano "Biboco" (Ita-Bahia) - máscara para soldados, carro de linha (partes).

24.02.1931 - americano "Werto Forum" (Itajubá-Rio) - trigo.

12.08.1931 - americano "Berury" (Maranguape-Bahia) - óleo lubrificante.

27.09.1931 - inglês "North Devon" - gasolina e querosene.

1932

14.01.1932 - inglês "Bonheur" - lubrificante e gasolina.

22.09.1932 - alemão "Amassia" - grampos para trilhos.

31.10.1932 - americano "Clearwater" - gasolina e graxa.

20.10.1932 - alemão "Paraguai" - material ferroviário.

1933

04.03.1933 - inglês "Swinburne" - gasolina.

Podemos assim concluir esta breve comunicação, lembrando que o início da década de 30 foi de estagnação para o comércio internacional de nossa Vitória.

Em 1939 iniciou-se a 2ª Guerra Mundial, e a situação se deteriorou mais ainda; nem combustíveis eram importados, levando o governo ao

acionamento da gasolina e ao uso dos gasogênios.

Todo aquele brilho, toda aquela movimentação, aquelas luzes da década de vinte haviam cessado. Mas não para sempre, voltariam, com redobrada força, finda a guerra, e mais especificamente, desde 1950.

Um estudioso dos ciclos econômicos veria nestas ondas de fluxo e refluxo em nossa economia uma situação natural, que pode ser estatisticamente explicada.

Nós, os vitorienses, não chegamos a tanto: lamentamos quando a cidade se estagna, e a amamos mais ainda, quando grandes avenidas, portentosos edifícios, praças magníficas são inauguradas. É a Vitória da gente.

A campanha de Canudos

Mario Bonzano

Proclamada a República, a adoção de novos processos políticos e a nova mentalidade administrativa, além de forte reação resultante do inconformismo monarquista, tornaram sua vida bastante difícil e complexa, obrigando-a a enfrentar grandes dificuldades e seguidas agitações.

Após o governo dos dois primeiros presidentes militares, foi eleito para a presidência o civil Prudente de Moraes, apelidado ironicamente por alguns adversários políticos "prudente de mais".

Homem enérgico e experimentado, sem recorrer à espada, conseguiu solucionar problemas difíceis e delicados ao mesmo tempo.

Resolveu, inicialmente, a questão de Trindade, ilha que fora ocupada de maneira quase clandestina pela Inglaterra, retornando a mesma à posse do Brasil.

Em 1895 resolveu também a favor do Brasil o caso do Território das Missões, disputado pela Argentina.

Na política interna, o maior tropeço que o novo presidente teve de enfrentar foi, sem dúvida, a Campanha de Canudos, fato muito doloroso da nossa história, em que perderam a vida muitos soldados e humildes sertanejos.

Tal acontecimento deixou o país pasmo perante a extrema violência usada de lado a lado.

A figura central deste acontecimento foi Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como ANTÔNIO CONSELHEIRO que, ao percorrer o sertão nordestino se tornou uma figura lendária ao se apresentar como salvador e esperança de milhares de indivíduos que levavam uma vida miserável e sem qualquer esperança de um futuro melhor.

Nascido em 1828 na localidade de Quixeramobim, província do Ceará, perdeu a mãe aos sete anos. Preferiu enfrentar a madrasta, severa e geniosa, a ser internado num seminário, segundo desejo do pai.

Aprendeu a ler e escrever e, em seguida, freqüentou a escola de um célebre educador da região.

Pela posse de terras e por motivos políticos, sua família lutou contra os poderosos Araújo.

Logo cedo teve que enfrentar a parcialidade da justiça bem como a prepotência dos poderosos, fato muito comum no sertão.

O pai o criou de maneira rigorosa, deixando aos seus cuidados a proteção de três irmãs, após sua morte, que se casaram pouco tempo depois.

Ele também se casou, mas não foi feliz pelo fato da esposa ter fugido com policial desclassificado.

Este acontecimento de enorme vergonha para ele provocou-lhe um tremendo desequilíbrio, o que o obrigou a procurar o recesso do sertão onde mais facilmente poderia ocultar seus sentimentos de revolta.

Nesta época viveu lecionando e exercendo a função de solicitador.

A experiência no forum fortaleceu sua revolta pelas injustiças praticadas pelos poderosos, concorrendo para mais tarde lançar-se com todas suas forças em defesa dos mais humildes e injustiçados.

A instabilidade em seus empregos levou-o a percorrer várias localidades, o que lhe permitiu manter contato com a realidade social do sertão, ver de perto a miséria dos camponeses e a intolerância dos latifundiários.

Antônio Conselheiro, como mais tarde seria chamado, não surgiu como um meteoro. Os longos anos de sua peregrinação e de contatos com os sertanejos, fizeram dele um idealista, um líder, fatos estes que iriam abalar os mais recônditos lugares do sertão nordestino.

Passados dez anos levando uma vida simples no sertão baiano, apareceu como um anacoreta sóbrio, de cabelos longos, barba inculta, face escaveirada, vestindo um longo e grosseiro hábito azul, carregando o clássico cajado, símbolo dos peregrinos penitentes.

Sua vida e atuação podem ser divididas em três partes: 1) pregação e aliciamento dos camponeses e peregrinação pelo sertão; 2) fundação da localidade denominada Belo Monte na região de Canudos, onde estabeleceu um verdadeiro modelo de vida comunitária; 3) organização da luta e resistência contra os que queriam destruir seus ideais.

Ao percorrer em peregrinação os sertões nordestinos, sua figura ascética impressionava facilmente aquela sociedade primitiva e inculta, que passou a ver nele o santo milagreiro enviado por Deus, para amenizar seus sofrimentos.

Os sertanejos maltrapilhos e famintos viam, finalmente, alguém que

lhes oferecia uma esperança de uma vida melhor.

Ao visitar vilarejos e povoados, entrava triunfalmente rezando ladainhas e oferecendo palavras de fé e esperança.

Vestindo-se pobremente e alimentando-se parcamente, dava a todos a impressão de que um novo santo aparecera, sendo-lhe atribuídos milagres.

Em suas caminhadas era acompanhado por pobres que tinham abandonado seus lares, impressionados pela sua oratória bárbara, que misturava crenças católicas e algumas práticas fetichistas.

Chegou a anunciar, em suas peregrinações, futuros acontecimentos, afirmando que o ano de 1900 seria o começo do fim da humanidade, após uma chuva de estrelas que destruiria fatalmente o mundo.

A reação da Igreja não se fez esperar. Dom Luiz Antônio Santos, arcebispo de Salvador, mandou uma circular ao clero, alertando-o do perigo que o novo pregador representava.

Tal intervenção não alcançou o êxito desejado. Antônio Conselheiro continuou com sua pregação, enquanto muitos vigários faziam vista grossa ao que ele promovia, batizados, casamentos e festas religiosas, o que concorria para aumentar os rendimentos de suas igrejas.

Mas o fanatismo religioso não seria suficiente para que fossem reunidas massas tão grandes. Além da vida religiosa oferecia-lhes melhorias sociais e prometia uma vida bem melhor.

Em suas caminhadas o desejo de encontrar um lugar onde pudesse pôr em prática suas idéias de uma vida comunitária estava sempre presente.

Até que em 1893 ao chegar à localidade denominada Canudos, situada à margem do rio Vaza Barris, julgou que finalmente encontrara o lugar tão esperado.

Velha fazenda, abandonada, com alguma palhoça de pau-a-pique, outrora fora habitada por pessoas estranhas, bem armadas, e que tinham como ocupação beber aguardente e pitar cachimbo de barro, que se destacava pelo longo canudo de mais de um metro de comprimento. Tais canudos, de origem vegetal, eram abundantes à margem do rio.

Não há dados a respeito do desaparecimento dos misteriosos habitantes. Talvez fossem fugitivos da justiça.

De qualquer maneira, os longos canudos acabariam dando o nome àquela localidade.

Quando o Conselheiro lá chegou, o lugar estava em plena decadência.

Bastou pouco tempo para que a velha fazenda tomasse novo aspecto, modificando-se rapidamente.

A situação geográfica de Canudos oferecia um fácil isolamento, tendo em vista as montanhas próximas e uma terra que oferecia uma flora agressiva, um clima impiedoso, secas periódicas, solo estéril e crespo.

Qualquer aproximação de forças estranhas tornava-se bastante difícil.

A fama do beato atraiu rapidamente numerosos habitantes, tanto que o arraial se transformou rapidamente numa pequena cidade.

Foi aí que se firmou um regime modelado pela religiosidade de um fanático, sem esquecer, todavia, a parte material necessária para o sustento de tantos devotos.

Muitas fantasias foram criadas a respeito da vida dos habitantes de Canudos, citando castigos corporais e rigorosas penalidades, o que não corresponde à verdade, visto que todo o comportamento era ditado pelo profundo espírito religioso.

Matutos crédulos, heróis de bacamarte chegavam freqüentemente ao arraial. Mas logo se ambientavam às normas ditadas pelo Conselheiro.

A construção da vila não obedeceu a qualquer plano urbanístico.

Casebres erguiam-se em qualquer lugar, feitos em sua maioria de pau-a-pique. Mal tinham três cômodos, constando a mobília de uma tosca mesa, alguns banquinhos e uma canastra, onde eram guardados os poucos pertences e redes que serviam para repouso.

Ao fundo do quarto não faltava um modesto oratório, onde eram guardadas imagens que, às vezes, lembravam mais uma religião mestiça.

Os jagunços a quem cabia a defesa da vila e da população usavam um facão jacaré, uma parnaíba (espécie de espada) e o ferrão que lembrava uma longa lança.

A população, dada sua origem, era bastante heterogênea. Havia camponeses, cangaceiros e jagunços. Havia também habitantes que lembravam seus antepassados, por apresentarem cabelos louros e olhos azuis. Eram descendentes dos holandeses e franceses que outrora tinham ocupado terras nordestinas.

A disciplina era regida pelo alto espírito religioso, sendo proibida toda bebida alcoólica.

Embora fossem celebrados casamentos, era permitida a vida em comum de casais que dispensavam tal formalidade.

A figura do filho ilegítimo não era levada em consideração.

As mulheres usavam trajes simples e se dedicavam ao fabrico de objetos de cerâmica, cestos e esteiras.

Não havendo autoridade policial, qualquer problema que surgisse era levado ao julgamento do Conselheiro.

E, por incrível que pareça, foram fundadas duas escolas, não só para crianças, mas para os adultos que se interessassem.

A tranquilidade existente em Belo Monte, era assim que os habitantes denominavam sua vila deve-se, sem dúvida, à propriedade coletiva na cultura da terra, na criação do gado e nos trabalhos de artesanato.

Com o aumento da produção o excedente era vendido para as comunidades próximas.

Embora a origem dos habitantes fosse heterogênea, aquela modalidade de vida era possível por causa da profunda religiosidade que dominava a comunidade, que ao entardecer se reunia para fazer suas preces e ouvir os longos sermões que o beato fazia.

Ao redor da fogueira, grupos de homens compostos de vaqueiros rudes em seus trajes de couro, cangaceiros e jagunços vindos dos mais longínquos recantos, destacando-se pela fama José Venâncio, Lalau e Pajeu, desfilavam longas ladainhas e rosários, seguindo-se após o canto dos beneditos e beijo das imagens.

O misticismo inebriante tomava posse daquela turba, que, em seu fanatismo irracional era levado a cometer qualquer ato em defesa do conselheiro.

Durante as preces não eram esquecidos impropérios contra a recém-proclamada república, tida como uma heresia suprema e indicadora dos efêmeros triunfos do anti-cristo.

Nos "Sertões" encontramos alguns versos que demonstravam a total aversão ao novo regime:

Garantidos pela lei
Aqueles malvados estão
Nós temos a lei de Deus
Eles têm a lei do cão.
O anti-cristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrar.

Em meados de 1895 apareceu no arraial um monge capuchinho acompanhado de dois outros religiosos, enviados pelo arcebispo de Salvador.

Embora bem recebido pelo beato, os fiéis viram nele um intruso, um maçom protestante e republicano, obrigando-o a se retirar após quatro dias para não sofrer represálias.

A luta

Tal acontecimento e o conhecimento de práticas religiosas que enfrentavam a doutrina católica, em 1897 levaram o arcebispo de Salvador a dar ciência ao presidente da província dos atos religiosos promovidos na vila, que eram exclusivos da hierarquia eclesiástica.

Havia, ainda, queixas de sortidas feitas pelos jagunços na fazendas próximas voltando os mesmos com abundantes despojos.

Em 1894, o juiz da comarca de Bom Conselho, que, certa vez, fora obrigado a fugir perante a ação dos partidários do Conselheiro, comunicava à autoridade civil que no arraial eram proibidas algumas inovações introduzidas pela república, como o casamento civil.

Um acontecimento que nada teria a ver com qualquer ameaça vinda de Canudos serviria de motivo para que se iniciasse uma severa repressão contra o Conselheiro e seus adeptos.

A construção de uma nova igreja já chegara quase ao fim. Faltava completar o telhado, o que não fora feito por falta de madeira.

O próprio Conselheiro a encomendou em Juazeiro, tendo pago adiantadamente.

O não cumprimento do trato, não por vontade do fornecedor, fez com que ele mesmo mandasse buscá-la.

Tal ato foi interpretado maldosamente, espalhando-se o boato de que Juazeiro seria invadida pelos jagunços.

O juiz da comarca, o mesmo que em Bom Conselho já sofrera humilhações anteriormente, viu a ocasião propícia para se vingar.

Mandou ao governador um telegrama solicitando urgente intervenção militar. Um contingente enviado para Juazeiro nada encontrou.

O comandante Pires Ferreira, para não voltar a Salvador sem nada ter feito, resolveu atacar os jagunços do Conselheiro, argumentando que a melhor defesa é o ataque.

Duzentos quilômetros separavam Juazeiro de Canudos. Com a ajuda de alguns guias, passando por terrenos hostis e despovoados, o comandante partiu para sua gloriosa missão.

Era o início da primeira luta.

O contato deu-se quando uma multidão em procissão se dirigia ao encontro dos militares.

Temendo uma emboscada, a tropa reagiu de imediato com intensa fuzilaria.

Mas a procissão vinha protegida por numeroso grupo de jagunços armados de facões, chuços, foices e clavinotes.

Após rápida refrega os soldados debandaram.

Como tinham chegado, os partidários do Conselheiro voltaram para Canudos em procissão.

A tropa que estava aquartelada em Uauá, vendo a hostilidade de sua população, incendiou as casas após saqueá-las.

Sgunda expedição

Perante o insucesso da primeira, o governador Luiz Viana julgou desnecessária outra expedição, ainda mais depois que tomou conhecimento da velha rixa que havia entre o juiz Arlindo Leone e Antônio Conseeiro.

Mas o comandante militar da região Frederico Solon não concordava que o exército tivesse sido vencido por uma tropa de jagunços.

Foi organizada, assim, uma segunda expedição sob o comando de Febrônio de Brito.

No dia 12 de janeiro de 1897 punha-se em marcha, sem prever as dificuldades que teria pela frente.

O primeiro encontro deu-se de maneira inesperada. Após cinco horas de luta, os sertanejos, comandados por João Grande, se refugiaram numa selva inextricável e erizada de obstáculos. Parecia uma fuga, mas na realidade tinham procurado um abrigo seguro.

Seguiu-se novo embate, onde a arma branca foi o que mais se usou.

Os inimigos retiraram-se em ordem como tinham vindo.

Vitória inútil. Sem munições e sem mantimentos, Febrônio compreendeu o malogro de sua expedição. Seiscentos homens bem armados e bem municiados não bastaram para tomar a cidade. Após demorada conferência ficou resolvido que seria melhor empreender a retirada. Era a segunda vitória do Conselheiro.

Importante é notar que estas lutas não eram desejadas por ele, preferindo viver em paz com seus adeptos.

Diversas causas concorreram para o insucesso das duas expedições.

Em primeiro lugar havia total desconhecimento da região e de seus defensores. Canudos possuía cerca de quinhentos jagunços muito bem treinados e perfeitos conhecedores do terreno, além de contarem com

invejável espírito de luta, fruto de seu desmedido fanatismo.

Por outro lado, a natureza local estava ao lado dos defensores, visto que apresentava uma flora agressiva, um clima impiedoso, um solo estéril e serranias desnudas que cercavam o arraial.

O terreno cheio de cavidades e profundos canais dificultava o avanço de desconhecidos.

Desertos incendiados pelo sol, ausência de sombras, de víveres e água eram um terrível obstáculo para qualquer invasor.

A caatinga era a grande aliada do sertanejo revoltado. Trilhas multívias para o matuto que ali nascera e crescera não se limitavam a escondê-lo, mas davam-lhe completa proteção.

Segundo escreve Euclides da Cunha em sua admirável obra "Os Sertões" no auge do calor, um pé de macambira podia oferecer ao matuto um copo de água. O umbuzeiro, em caso de necessidade, proporcionava algum alimento.

Tais meios de subsistência eram totalmente desconhecidos por estranhos que se aventurassem naquelas paragens.

De nada valiam os binóculos das tropas. Através deles só se via uma natureza morta, um deserto sem fim.

Como não bastassem tais dificuldades, vale lembrar que os defensores de Canudos contavam com um serviço de espionagem bem ativo, visto que havia centenas de simpatizantes espalhados em recantos próximos e remotos.

A derrota da segunda expedição surpreendera tanto o governo do estado como o comando militar.

O exército sentia que sua honra fora ferida por um bando de jagunços.

Foi designado novo comandante da terceira expedição, o coronel Antônio Moreira César, que já ganhara fama ao esmagar os federalistas em Santa Catarina.

Terceira expedição

O novo comandante partiu para a Bahia, onde reuniu 1200 homens, copioso armamento, para em nova campanha esmagar de vez as forças do Conselheiro, destruindo definitivamente Canudos.

Não teve, entretanto, qualquer preocupação de travar um melhor

conhecimento da região inóspita que teria que percorrer e da difícil travessia que teria pela frente.

Tal fato não acontecia com seus adversários, que eram profundos conhecedores de todos aqueles recantos, visto que eles eram seu "habitat" natural.

Antônio Conselheiro que contava com homens decididos, entre os quais se destacava o guerrilheiro Pajeú, mandou construir trincheiras e esconderijos. Escolheu locais onde arbustos, capinzais, macegas e empinheiros podiam ocultar seus homens.

Logo nos primeiros combates foi morto Antônio Moreira César, que estava sujeito a ataques epiléticos, e alguns oficiais. Após cinco horas de combate, o recuo dos soldados virou debandada.

O chão ficou coberto de cadáveres e valioso armamento, que passou às mãos dos combatentes do beato.

A repercussão em todo o país do novo desastre militar foi enorme.

Todos se perguntavam como era possível que um bando de jagunços conseguisse impor derrotas a forças regulares, treinadas, organizadas e bem armadas.

Tornavam-se urgentes novas medidas. Afinal era o nome do exército que estava em jogo.

Quarta expedição

O próprio presidente Prudente de Moraes interveio e escolheu para organizar a nova expedição (a quarta) o general de brigada Antônio Oscar de Andrade Guimarães.

A mobilização foi feita em pouco tempo. Vinte batalhões vindos de diversos estados formaram a nova tropa.

As forças foram divididas em duas colunas que se encontrariam nas proximidades de Canudos, sendo comandadas pelos generais Cláudio do Amaral Savaget e João da Silva Barbosa.

No dia 1º de outubro começou o ataque final contra Canudos.

A resistência dos sitiados se prolongou até o dia 5. Ao caírem as últimas trincheiras sob o fogo de cinco mil homens, só havia quatro vivos, um velho, um rapaz de 16 anos, um negro e um caboclo.

Eram os representantes das três raças unidas no sertão pela mesma

causa.

No dia 6 de outubro começou a destruição das cinco mil e duzentos casas. De Canudos que, segundo Dantas Barreto se tornara um espantalho da classe conservadora, só restaram os escombros.

Os vencedores não satisfeitos começaram a terrível matança aos remanescentes, embora houvesse o compromisso das autoridades militares de poupar os que se rendessem.

Antes do término da luta já se estabelecera o uso da gravata vermelha para eliminar os prisioneiros. Tal uso consistia no frio degolamento, o que levou Euclides da Cunha a dizer que aquilo não era uma campanha, mas uma charqueada.

Não era o uso severo da lei, mas a vingança. A repressão tinha dois pólos: incêndio e faca.

Antônio Conselheiro, segundo relato de Antônio Beato, o Beatinho, morreu no dia 22 de setembro, vítima de uma disenteria - caminheira - na expressão corriqueira do lugar.

O corpo foi encontrado num túmulo escondido, coberto por um simples lençol imundo. Por ordem do general foi cortada a cabeça, sendo levada para Salvador.

Morria aquele que fora a esperança de milhares de sertanejos, aquele que derrotara três expedições militares, aquele que, sem querer, fizera tremer a República.

Canudos não se rendeu. Caiu quando caíram os últimos defensores.

E muitas mulheres preferiram precipitar-se na fogueira dos próprios lares com seus filhos a se entregar.

A quem podia interessar o fim de Canudos?

Aos fazendeiros que novamente garantiriam a mão-de-obra a um preço vil para suas terras.

Ao clero que voltaria a retomar o controle da religiosidade dos sertanejos.

Ao governo central que almejava colocar fim à ameaça monarquista.

A figura de Antônio Conselheiro, no dizer de Edmundo Moniz em seu livro "A Guerra de Canudos", paira sobre as águas da represa em que submergiu Canudos, como se ela encarnasse a alma indômita do sertão e dos sertanejos.

Desfeitas as falsificações, é preciso reconhecer que Antônio Conselheiro soube representar a alma combativa do sertanejo e soube levar-lhe a esperança de uma vida mais digna, por isso sua figura merece ocupar um lugar entre as personalidades importantes da história brasileira.

Discursos e Palestras

Em nome dos novos sócios

Arthur Carlos Gerhardt Santos (*)

Honrados pelos que hoje comigo ingressam para o Instituto Histórico e Geográfico para em nosso nome, agradecer sermos admitidos nesta casa, que abriga e abrigou tantos vultos eminentes da intelectualidade capixaba, não posso deixar de demonstrar o nosso agradecimento afirmando, em meu nome e de meus companheiros, que temos o firme propósito de marcarmos nossa presença no Instituto com um comportamento à altura de suas tradições. A menos de minha presença, esta casa recebe hoje um punhado de homens cuja cultura por certo irá abrilhantar este Instituto.

Cada um de nós se aproximou e se aproxima das duas artes que esta casa patrocina, de maneira diversa. Mas, todos certamente, porque sentiram que não poderiam procurar entender o mundo em que vivem e portanto, a sua própria vida, sem se socorrerem dos conhecimentos e ensinamentos proporcionados pela História e pela Geografia.

Tomarei a liberdade de relatar um pouco de minha experiência pessoal, diversa das de meus colegas de ingresso, mas certamente exemplar.

A minha formação na História teve início na convivência familiar, onde tanto meu pai como minha mãe, tinham prazer especial em ler e propiciar a seus filhos oportunidades de leituras, onde freqüentemente apareciam narrativas históricas, devoradas com sofreguidão e acompanhadas de devaneios infantis. Mais tarde, quando vim para Vitória estudar no Colégio Americano é que começou o meu aprendizado mais sistemático e mais eficiente. Eu e mais de uma geração devemos a nossa iniciação no conhecimento da História à dedicação e paciência de um ilustre membro desta instituição: o inesquecível professor Nelson Abel de Almeida. Nas suas aulas, pela primeira vez, percorremos a longa trajetória humana, desde os povos do oriente próximo e da bacia do Nilo até os dias de hoje. Para mim, que

** Discurso proferido em nome dos novos sócios empossados em 19 de junho de 1993.*

segui a carreira de engenheiro, estas foram as duas fontes de meu respeito e de meu amor pela História: as leituras que os meus pais me propiciaram e as aulas do professor Nelson, no Colégio Americano.

Não incluo, entre as influências marcantes, as aulas que tive no Colégio Andrews do Rio de Janeiro, quando para lá fui, buscando me preparar para o vestibular. Tive como professor Iremildo Viana, historiador de renome nacional e até bom professor, mas que para mim teve uma influência muito negativa. Não certamente pelo que ensinava, mas por freqüentes observações depreciativas da minha condição de capixaba. Freqüente contador de anedotas, sempre encaixava um capixaba ignorante ou burro ou subdesenvolvido. Isso me irritava muito. Felizmente não contaminou as relações com os meus colegas de classe, sempre muito amigos e sempre procurando me apoiar. Também, um jovem que iria se submeter ao duríssimo vestibular da então Escola Nacional de Engenharia não tinha cabeça a não ser para matemática, física, química e desenho.

Um crítico americano, cujo nome não me recordo, cunhou uma expressão para caracterizar livros literariamente ruins mas que são constantemente reeditados e muito lidos. Pelo menos até o advento da televisão. A expressão é: "good bad books" ou seja, "bons livros ruins". Muitos dos autores, que na minha juventude me deliciavam com suas narrativas e me proporcionavam aulas de História e de Geografia, eram enquadrados por este crítico como autores típicos dos "good bad books": Julio Verne, Rafael Sabatini, Michel Zevaco, Eugene Sue, Karl May, Conan Doyle e muitos outros. Como não sou crítico literário, não posso imaginar se ele enquadraria nesta categoria o nosso Paulo Setubal, com quem aprendi muito da história do Brasil. O certo é que, carreguei ao longo de toda a minha vida, um alumbramento com a coisas da História ou da Geografia adquirido nestas leituras.

Não quero cansar os senhores com detalhes maiores da minha trajetória, mas não posso deixar de fazer duas observações:

Em primeiro lugar falar da minha religião. O Cristianismo, como o Judaísmo, são religiões que se realizam na história, assim esta assume uma importância fundamental na vivência do cristão. Desde Eusébio de Cesaréia, considerado o Pai da "História da Igreja", que os teólogos acentuam que a mensagem do Cristo se realiza na História e em cada cultura. A sua História da Igreja, escrita no ano 324, registra os fatos da Igreja nascente até aquela data. O exemplo de Eusébio frutificou e vem se acumulando através dos tempos. Hoje contamos com um acervo bibliográfico muito importante e que se enriqueceu sobremaneira desde o século passado. Os cristãos sabem que não são donos de uma religião acabada e que o querigma,

revelado no oriente médio, quando Augusto era imperador de Roma, vale para todos os tempos e em qualquer cultura. Portanto a sua vivência diária é uma construção na História e na Geografia.

Por último queria fazer referência às relações, nem sempre saudáveis, entre a História e o cinema. O cinema, única arte nascida nos tempos históricos e que busca elementos em todas as outras, teve desde sua invenção um relacionamento com a História em dois planos. Primeiro como documental. Quando Lumière filmou a saída dos operários da fábrica de sua família, deixava um registro vivo para a História. A partir deste início muitos outros filmes registraram fatos importantes em todo o mundo. Hoje, no entanto, esta função documental está mais nas mãos da televisão do que nas do cinema. Em segundo lugar quero mencionar os filmes de ficção. Também o gênero vem desde os primórdios do cinema. Quando Melier filmou "O Assassinato do Duque de Guise" ou Porter filmou "O Assalto do Trem" estavam os dois realizando obras de ficção que procuravam retratar episódios e épocas importantes na história da França e dos Estados Unidos. O cinema sempre se permitiu muita liberdade em relação aos fatos históricos. Raramente se encontra filmes de qualidade cuja fidelidade mereça louvor. Mas eles existem. Acho mesmo que muitas aulas de História ganhariam em interesse se utilizassem alguns bons filmes como ilustração. Só para ficar em alguns exemplos, as aulas sobre a Revolução Francesa poderiam se beneficiar se os alunos assistissem "La Nuit de Varennes" de Ettore Scola, filme que narra o episódio da tentativa de fuga de Luiz XVI e sua família. Não importa que ele tenha incluído na narrativa uma viagem coincidente de grupo bastante heterogêneo onde estão desde Casanova, o mulherengo italiano, até Tom Payne, talvez o mais radical dos participantes da independência americana, passando por Restif de la Bretonne autor na época controverso pela crueza de suas narrativas e que hoje é considerado um dos precursores do realismo. Outro bom exemplo é "The Mission" de Roland Joffé, este mais próximo de nós. É o melhor exemplo de como foi o trabalho dos jesuítas entre os índios do Paraguai e do Brasil e de um período importante da História do Brasil, quando se fixavam as fronteiras de nosso território. Muitos outros exemplos existem mas não cabe aqui nos estendermos mais.

Ao encerrar este pronunciamento não posso deixar de reiterar os agradecimentos aos membros do Instituto por nos terem acolhido nos seus quadros e agradecer muito particularmente ao Professor Renato Pacheco, cuja vida intelectual se transformou num exemplo para todos nós.

Muito Obrigado.

Vitória e suas transformações históricas

Maria Izabel Perini Muniz (*)

Falar sobre a cidade sem uma apresentação de slides ou fotos deixa a desejar, mas todos conhecem bem Vitória atual. Esperamos que possam conhecê-la também em algumas das transformações históricas dos seus espaços.

Buscamos traçar, em algumas linhas, um quadro da evolução urbana da cidade, desde a criação da vila, até princípios do século atual, quando uma série de remodelações urbanas transformou a arquitetura da cidade colonial.

Vitória, 442 ou 443 anos? São tantas as polêmicas e tanto ainda por pesquisar, estudar, rever e reler sobre a trajetória histórica desta cidade, que ainda esconde muitos feitos e fatos, nas suas ruas, nas suas praças e nos seus monumentos.

Segundo Sergio Buarque de Holanda: "a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem".

Certamente discordamos de parte desta afirmação, pois somos de parecer que todas as ações referentes à arquitetura, desde a escolha do sítio até a organização e construção de uma cidade ou mesmo qualquer outra obra é sempre produto mental e se relaciona diretamente com o pensamento da época (para a arquitetura e o urbanismo a época é mais importante do que a data).

Porém, concordamos que a cidade construída pelos portugueses não chega a contradizer o quadro da natureza, se enlaça na linha da paisagem, ainda na tradição das cidades medievais. Embora o século XVI já abarcasse o pensamento humanista e o traçado das cidades renascentistas obedecesse outra ordem, na Europa.

** Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em 15 de setembro de 1993.*

Vitória não foge à regra. Situada entre o mar e as montanhas da ilha de Santo Antônio se adapta à topografia local, como uma típica cidade colonial portuguesa, de costas para o mar, ocupando o dorso de uma colina pouco elevada. Desenvolveu-se apoiada às curvas de nível do seu sítio urbano, numa hierarquia de espaços própria dos valores da época, determinados pela localização das principais construções religiosas.

A vila fundada às custas do primeiro donatário da Capitania, (pois a Coroa procurava deixar aos donatários as principais tarefas de urbanização, outorgando-lhes o poder de criação de vilas), teve o traçado básico do seu núcleo urbano condicionado aos interesses das Ordens Religiosas que aqui se instalaram. Era de interesse da Coroa, preocupada com a manutenção de todo um sistema colonial, que se mantivessem presentes as instituições, sendo que entre elas era de extrema importância o papel da Igreja.

Quando Vasco Fernandes Coutinho transferiu a sede da Capitania, já deveria existir na ilha uma humilde povoação de lavradores, além da casa de Duarte Lemos e da Capela de Santa Luzia.

A nova vila nasceu em torno dessas edificações. No topo da colina foram situados o Colégio dos Jesuítas e as primeiras igrejas. Não muito longe da primeira capela se situou mais tarde a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, onde hoje se localiza a Catedral Metropolitana. Formando o terceiro vértice de um triângulo a Igreja de São Tiago, fazendo parte do Colégio dos Jesuítas, teria sido o terceiro edifício religioso da vila.

Mais tarde, pouco mais adiante, em terrenos também elevados, os conventos de São Francisco e do Carmo, e as melhores residências também se situaram na parte alta da cidade. Nas partes baixas, próximas ao mar, se localizaram o comércio, alguns fortes e armazéns para servir ao cais.

Implantadas de modo a obedecerem uma determinada distância entre si, as primeiras igrejas: de Santa Luzia, a Matriz, e a de São Tiago, foram construídas no alto da primeira elevação da ilha, ocupando a beira dos declives e voltadas para dentro da área plana no alto da colina, de costas para o mar, estabeleceram assim os limites e a valorização dos espaços abertos diante delas, onde se efetuavam as principais atividades religiosas, cívicas e recreativas da vila.

Dentro do perímetro determinado pelas primeiras construções religiosas se localizaram ainda a igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, em fins do século XVI, onde se situa atualmente o edifício da Assembléia ou Palácio Domingos Martins, e a Casa de Câmara e Cadeia, onde atualmente se localiza o Palácio da Justiça, tendo o pelourinho à sua frente, além de, evidentemente, as melhores residências da vila.

O núcleo da vila foi determinado por estas construções religiosas e

civis e pelos espaços irregulares, espécies de largos ou praças que se abriam diante delas e eram ligadas entre si por ruas estreitas determinadas por fileiras de casas construídas no alinhamento irregular e sobre os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas.

Esse núcleo determinava o espaço nobre na vila, que se ligava à área próxima ao mar, à área de comércio e ao cais através de ladeiras mal calçadas e enlameadas.

No período compreendido entre o final do século XVI até final do século XVII, os conventos de São Francisco e do Carmo, por suas finalidades mais rurais do que urbanas, se implantaram nas encostas das elevações mais centrais da ilha e até princípios do século XIX a cidade não chegava a ocupar as suas vizinhanças, tanto que Saint-Hilaire, em 1818, observou terem sido eles edificadas fora ou quase fora da cidade.

Durante os três primeiros séculos de colonização, o perímetro e o desenvolvimento da vila de Vitória foram limitados ao espaço determinado pela implantação das suas igrejas, do Colégio dos Jesuítas e dos Conventos de São Francisco e do Carmo, e pelo mar.

Em fins do século XVII até a primeira metade do XVIII, maior importância foi dada à defesa da ilha, tendo sido concluído o Forte de Nossa Senhora do Carmo, reedificado o Forte São João, que se encontrava em ruínas, e construído o Forte de São Francisco Xavier situado em posição estratégica para proteger a entrada da barra de Vitória. Além das fortificações de Santo Inácio (ou São Maurício), situado na marinha da vila, dentro da cerca dos jesuítas, e o de São Tiago (ou São Diogo) situado aproximadamente na ladeira atrás da Catedral.

Por esta época, toda a Colônia luso-americana vivia a euforia da descoberta do ouro, no território que passaria a se denominar Minas Gerais. As lavras mais ricas estavam localizadas dentro dos limites traçados na carta de doação à Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, porém impossibilitados de tomar posse, povoar e impor autoridade até os limites do Tratado de Tordesilhas, sucessivamente os donatários do Espírito Santo viram, com o tempo, modificado o direito que fora estabelecido pelo traçado primitivo da Capitania.

O litoral do Espírito Santo passou a ter uma importância estratégica para a defesa das minas e esta importância pode ser medida pela custosa construção de fortificações e pelo aumento da guarnição militar na sua sede. Tanto que o Espírito Santo passa a pertencer à Coroa e se torna uma verdadeira barreira protetora das zonas de mineração, ficando o seu território contido nos acanhados limites da faixa litorânea.

Na segunda metade do século XVIII, outras igrejas foram

construídas na vila de Vitória, demonstrando a tradição religiosa da sua população. Foram elas: a Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída por devoção e promessa de Dionísio Frade e sua esposa, junto à praia na confluência do Reguinho com o mar; a igreja de Nossa Senhora do Rosário construída por uma irmandade de negros e a de São Gonçalo construída, provavelmente, pela comunidade ligada aos jesuítas, que persistiu após a expulsão dos mesmos. Estas iniciativas mostram a forte ligação entre a igreja e a sociedade da época.

Essas três novas igrejas da segunda metade do século XVIII determinam nova configuração de espaços na vila. Em contraposição às igrejas construídas anteriormente, elas se voltam para o mar e valorizam o espaço aberto ao infinito. A capela de Nossa Senhora da Conceição ficava situada na prainha, próxima e voltada para o mar, a receber os viajantes que ali chegavam, onde hoje é a Praça Costa Pereira. A igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada no alto, em local distante do núcleo da vila, também dá as costas para o centro da ilha e se volta para o mar. A igreja de São Gonçalo, embora situada bem próxima ao núcleo da vila, também lhe dá as costas e se abre para o espaço que na época era mar. É interessante verificar que esta nova concepção de espaço se dá contemporaneamente à expulsão dos jesuítas do Brasil.

No início do século XIX, a vila de Vitória não apresentava modificações no seu traçado original nem na configuração espacial desenvolvida nos três primeiros séculos. Os viajantes que visitaram Vitória por esse tempo a viram como um lugar limpo e bonito, com bons edifícios no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, com ruas calçadas, porém mal com pouca largura não apresentando qualquer regularidade. O Colégio dos Jesuítas já ocupado como Palácio do Governador, os vários fortes protegendo a entrada da vila, as igrejas e os conventos compunham, com as casas de um ou dois andares, algumas com vidraças e varandas trabalhadas na Europa, a paisagem urbana da vila de Vitória.

O espaço urbano da vila ocupava uma parte pequena da ilha, localizada em torno do seu núcleo principal e barrada pelo mar. O restante estava dividido em fazendas, entre elas a do Carmo, propriedade doada aos monges do Convento de mesmo nome que, segundo Saint-Hilaire, era muito mal administrada, a de Santo Antonio, a do Rumão e a de Jucutacoara, onde a sede, construída em fins do século XVIII, está preservada sendo atualmente utilizada como Museu, o Solar Monjardim.

Alguns esforços, no sentido de melhorar as condições de vida dos habitantes e de ampliar os recursos da vila, foram feitos no governo de

Francisco Alberto Rubim, entre outros, com o projeto e a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de reparos nas fontes de água potável e outras obras de caráter urbano, como aterros e calçadas.

A localização do hospital da Santa Casa de Misericórdia, sobre um morro que se elevava a pequena distância do núcleo urbano, na época, segundo Saint-Hilaire seria impossível escolher posição mais favorável, pois os ventos do nordeste afastariam da cidade as emanações nocivas. A escolha do terreno para a construção da Santa Casa determinou a ampliação do espaço urbano da vila, incorporando a Cidade de Palha, atual Vila Rubim, e promovendo a expansão física do espaço urbano até o Campinho, mais tarde Vila Moscoso.

Os acontecimentos políticos ocorridos no início do século passado, no Brasil, não chegaram a ter consequências imediatas na Província. Somente em 1820, doze anos após a abertura dos portos às Nações amigas, instalou-se a Alfândega de Vitória, que passou a funcionar no Fortim do Carmo. No ano seguinte à Independência do Brasil, a vila de Vitória foi elevada à categoria de cidade pela Lei de 17 de Março de 1823, porém o novo predicamento não trouxe melhorias para sua economia pública que já andava mal.

O espaço da cidade, na parte baixa, foi se ampliando por diversos e constantes aterros feitos sobre o mar, algumas vezes necessários também por motivos sanitários, pois o lixo e os dejetos humanos eram jogados na maré e nos terrenos baldios. Com esses aterros foram criadas novas ruas, entre elas a Rua do Comércio que ligava o Porto dos Padres ao pé do morro da Santa Casa, a Rua Primeiro de Março e a Rua da Alfândega.

Em 1851, um visitante inglês descreve Vitória como uma cidade que possui belos edifícios, notadamente o Palácio do Governo, mas que na maior parte os prédios eram pequenos e sujos, algumas ruas eram imundas parecendo a cidade estar em decadência.

Por ocasião da estada de D. Pedro II em Vitória, em 1860, hospedado no Palácio dos Governadores, antigo Colégio dos Jesuítas, o Imperador visitou a cavalo os principais edifícios de interesse da cidade. O trajeto não era grande e, segundo escreveu Levy Rocha, Sua Majestade poderia ter feito uma caminhada não fossem as ruas ladeirosas, escorregadias e lamacentas pelas chuvas da manhã. Nesta visita, D. Pedro esteve no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, no Convento de São Francisco, no Convento do Carmo, nas demais igrejas e edifícios de importância, descrevendo-os todos. Sobre os fortes da cidade citou apenas o de São João, que já lhe parecia condenado, pela história, à inatividade; nele observou com atenção as grossas correntes que em outros tempos eram

empregadas para fechar o Porto, prendendo-se no Forte uma das pontas e a outra nos argolões que ainda se encontravam cravados na Pedra do Pão-de-Açúcar, atual Penedo.

Os demais fortes, de São Diogo e de Santo Ignácio já teriam desaparecido, o do Carmo havia sido reutilizado como Alfândega. A igreja de Nossa Senhora da Conceição foi demolida alguns anos mais tarde para dar lugar à construção do Teatro Melpômene, inaugurado em 1896 e também demolido em 1928, nesta nossa tradição de construir em cima e não ao lado.

Na segunda metade do século XIX as atividades políticas se desenvolveram e o espírito cívico substituiu, em parte, o religioso. Testemunhos desta mudança são os primeiros jornais editados na cidade e a construção de diversos edifícios para funções públicas: a Capitania dos Portos (instalada em 1856), o telégrafo (em 1874), a Biblioteca Pública (em 1855), o Mercado Municipal (em 1871) e a Escola Normal (em 1879).

No desenho feito por André Carloni, em 1967, titulado "Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895", verificamos as modificações no espaço urbano ocorridas durante o século passado, especialmente na segunda metade: pela ampliação da área da cidade por aterros, pela localização da Santa Casa, pelo desaparecimento dos Fortes no perímetro da cidade e pela construção dos novos edifícios públicos.

A iluminação pública que foi inaugurada em finais da década de 30 do século passado, com 40 lampiões e azeite de peixe, distribuídos principalmente pelas esquinas e edifícios públicos, evoluiu para a iluminação a querosene em meados da década de 60, para a iluminação a gás cerca de dez anos depois e, por falta de matéria prima para o gasômetro, retrocedeu à iluminação a querosene até princípios do século atual, quando foi inaugurada a energia elétrica na cidade.

Em contrapartida a estas iniciativas governamentais, a cidade fica abandonada à própria sorte no que diz respeito à limpeza e higiene pública, assim como a obras de infra-estrutura sanitária, como esgotos e água encanada.

Com a decadência e a posterior abolição do trabalho escravo, os serviços urbanos que se apoiavam, como tantos outros nesta mão-de-obra, entra em colapso e a cidade passa a ser descrita como cidade suja, sem esgotos; os dejetos humanos eram depositados em tonéis de madeira e despejados à noite nos terrenos baldios ou na maré, os quintais eram cobertos de imundícies, moscas, mosquitos, ratos, lixo por todas as ruas, matagal nos terrenos baldios. A fama de cidade suja deslustrou por muitos anos o nome da capital.

Em consequência do precário estado sanitário da cidade, na segunda metade do século passado, epidemias de febre amarela, de peste bubônica, paludismo, disenteria e varíola assolaram os seus habitantes. Tanto que em 1876, foi enviado a Vitória o Inspetor de Saúde Pública, Dr. Manoel Goulart de Souza, que sugeriu em seu relatório uma série de medidas protetoras que se traduzem em melhorias urbanas, tais como: impedir o despejo de lixo no cais; fazer o calçamento de ruas evitando pântanos artificiais; fechamento de cemitérios no centro da cidade; proibir chiqueiros nos quintais de casas particulares; limpeza das praças públicas e o aterro do mangal do Campinho, que viria a ser o Parque Moscoso, (porém mais de 30 anos depois). As sugestões do sanitarista ficaram apenas no seu relatório durante muitos anos, algumas até hoje.

Com o advento da República, a autonomia dos Estados possibilitou certa auto-determinação política e administrativa, juntando a isso o crescimento da economia com a expansão da lavoura cafeeira e a alta nos preços do produto, e vimos em Vitória o desenvolvimento do comércio com a instalação de várias casas comerciais, muitas delas estrangeiras. No governo de Jerônimo Monteiro, na primeira década do século atual, as necessidades de melhoria da vida urbana encontraram eco na elite dirigente do Estado. Porém, no contexto do pensamento da época, quando as noções de progresso eram superficiais e discutíveis, iniciou-se uma série de obras na cidade.

A população viu com otimismo as transformações que se operavam mudando o espaço em que viviam, melhorando em alguns aspectos, mas também descaracterizando e condenando à destruição muitos marcos da história da cidade com desnecessárias remodelações urbanas e arquitetônicas. É Mário Aristides Freire que nos descreve com saudade da modesta capital provinciana algumas das modificações que ocorreram na primeira década deste século:

"Com os mais grandiosos sonhos e esperanças de "caloiro", deixei Vitória no começo do século e vim viver, deslumbrado, sob o encantamento da "belle époque", o Rio das demolições para o discutido "eixo" de sua Avenida Central, cidade que o Prefeito Passos aformoseava, e Oswaldo Cruz saneava.

Voltei "bacharel formado, como toda gente", quando a modesta capital provinciana, onde nasci, experimentava o influxo do dinamismo de Jerônimo Monteiro. Já não havia as serenatas das noites em que a lua dava folga aos mortícios lampiões nas ruas, e morriam os últimos ecos das lutas de irmandades de idêntico Santo, festejado em dois templos diferentes, cada um com sua banda da música... Já não faziam vibrar as modestas

corridas de canoas, no dia de Santa Catarina; e os circos, que periodicamente agitavam os ginasianos de meu tempo, escasseavam, porque as praças começavam a ser ajardinadas ou arruadas e recebiam modernas construções.

Ainda esperei à varanda o "aguadeiro" com a água do Rio Marinho, pois reservadas para beber a da Fonte Grande e a da Capixaba... Assisti, encanada, a água jorrar diante da descrença dessa Praça Oito... Faziam-se planos, contando com a próxima ligação férrea, a Minas; e se cogitava de levar os trilhos da E.F. Sul do Espírito Santo à antiga Capital Federal. "Vitória civilizava-se" - repetiam os passageiros dos primeiros bondes elétricos, quando a rica produção do interior ainda chegava até Vitória em primitivas canoas..."

Missão cumprida

Renato Pacheco (*)

Propugnei, em meu discurso de posse, já lá se vão dois anos, (*Revista*, n. 42, p. 40-42) trabalhássemos em conjunto, para que mais longe chegássemos.

Felizmente, irmanado aos membros da Diretoria, aos demais consócios, à Prefeitura de Vitória (e quando falo em Vitória lembro-me de Vitor Buaiz e Rogério Medeiros, nossos beneméritos), à Universidade Federal do Espírito Santo, na pessoa do Professor Francisco Aurélio Ribeiro, à imprensa, a muitos que nos ajudaram, felizmente a missão foi cumprida. A todos digo OBRIGADO!

Relato das atividades do biênio já foi feito com a competência de sempre, por nosso Orador Oficial, Professor José Garajau da Silva.

Alguns fatos, porém, me deram especial satisfação, e não posso deixar de mencioná-los.

Nossos consócios Léa Brígida de Alvarenga Rosa e Miguel Depes Tallon tomaram posse como membros da Academia de Letras e Artes de Cascais, Portugal, em virtude de convênio com ela firmado.

Realizamos as prometidas Jornadas sobre Navegações, cujos Anais estão sendo lançados hoje. Graças à Aracruz Celulose e a nossa Comissão de Geografia, a cuja frente está Domingos Azevedo, fizemos, em Nova Almeida, o excelente Seminário "Geografia, natureza e sociedade".

Revitalizamos programa de pesquisa para universitários, cujos frutos dependeram, agora, da Prefeitura Municipal de Vitória. Criamos cursos, e, entre estes, em fase de execução, em convênio com o Instituto de Ensino Superior Nelson Abel de Almeida, o de pós-graduação em História do Espírito Santo, primeiro que se realiza, entre nós.

** Palavras proferidas pelo ex-presidente Renato Pacheco, ao entregar o cargo, a 9 de junho de 1993, ao Consócio Ormando de Moraes.*

Cumprimos, integralmente, o concertado com nossa benemérita de saudosa memória, D. Maura de Senna Pereira, iniciando a edição da HISTÓRIA PANORÂMICA DA LITERATURA, da lavra de seu pranteado esposo, em cuja homenagem, concedemos hoje, pela vez primeira, ao escritor Pedro J. Nunes o prêmio que lhe perpetua o nome.

Fundamos os núcleos regionais de Linhares (24-04-1992) e Cachoeiro de Itapemirim (28-05-1993) esperando que tanto o norte quanto o sul do Estado velem pela preservação, documentação e pelas pesquisas geográficas e históricas, espraiando-se o modelo em tantos sub-núcleos municipais quantos forem os municípios do Estado.

Duas satisfações maiores devo registrar também: devemos à Prefeitura Municipal de Vitória, na administração passada, a honra de ter escolhido a sede da Casa do Espírito Santo para, em 12 de junho de 1991, assinar os autógrafos da Lei Rubem Braga, que tantos benefícios trouxe e ainda trará à cultura vitoriense. Posteriormente, em 30 de outubro do mesmo ano, no Gabinete do Prefeito Municipal, com o testemunho do Vice-Prefeito Rogério Medeiros e de nossa consócia Léa Brígida de Alvarenga Rosa, tivemos a honra de assinar, com o Prefeito Vítor Buaiz, o Convênio de Cooperação Mútua entre o Instituto e a PMV, autorizado pela Lei Municipal 3.748 de 26.09.1992, e responsável pela maior parte dos recursos que foram aplicados pelo Instituto no último ano.

Deixamos, hoje, conforme prometêramos dois anos atrás, a Presidência desta Associação Cultural. E a entregamos nas mãos honradas e competentes do consócio Ormando Moraes, historiador de nossos bancos e de nossas tropas, cronista, jornalista, bancário, e acima de tudo o êmulo do "Seu Manduca", o homem simples do povo que sabe das coisas e tem o pé no chão.

Consócio Ormando Moraes:

Há muito ainda que fazer. As atividades, embora pareçam as mesmas, hão de ser, sempre, renovadas. A Nova Diretoria, por certo, saberá conduzir o Instituto a seus gloriosos oitenta anos de vida.

Entrego-lhe a chave do Instituto. Não o faço apenas, simbolicamente. Entrego-lhe, neste solene momento, a chave de nossa porta principal, de que, durante dois anos, fui o guardião. Que ela abra sempre as portas do trabalho, da cultura e do progresso.

Minhas senhoras, meus senhores:

Peço licença para encerrar esta rápida fala com os versos finais do poema "O punhal de orvalho" de Tiago de Mello:

"E me despeço
do que já fiz, prá começar de novo
o que fazer quis tanto, e que não soube".

Tenho dito.

Substituição difícil

Orlando Moraes (*)

Não é nada fácil substituir Renato Pacheco na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Professor de História, romancista dos melhores, antigo Juiz de Direito, Renato Pacheco desfruta de muito prestígio e tem muita representatividade nos meios intelectuais de nosso Estado. Além disso, é muito criativo e tem capacidade de liderança. Trabalhei com ele na antiga Fundação Cultural, quando foi seu presidente e, mais recentemente, acompanhei, como membro da diretoria, sua atuação à frente deste Instituto e fiquei surpreendido com suas qualidades de excelente administrador e pela seriedade com que encara e desempenha suas atribuições. Tudo isto emoldurado por sua extraordinária bondade e por sua pureza de caráter, que, mentalmente, costumo igualar a uma outra figura invulgar da intelectualidade capixaba, o saudoso poeta e jornalista Newton Braga, com quem tive a felicidade de também trabalhar em publicidade e na imprensa falada e escrita de Cachoeiro de Itapemirim, nos idos dos anos 50.

Face a um dirigente com tão admiráveis qualidades, não poderia ter outra atitude senão resistir, tanto quanto possível, à idéia de vê-lo afastar-se da presidência deste Instituto e de sucedê-lo e foi o que fiz durante alguns meses, para, afinal, ceder, em virtude da inevitabilidade com que Renato colocou a necessidade de cumprir outros projetos importantes de sua programação pessoal.

Fundado em 1916, este Instituto nunca deixou de cumprir seus objetivos estatutários, sempre participou da vida cultural de nosso Estado e teve dias de muito prestígio. Mas enfrentou também períodos de atuação mais modesta.

** Discurso proferido na sessão solene de posse da nova Diretoria do IHGES.*

Entretanto, a partir do momento em que Renato Pacheco assumiu sua presidência, iniciou-se e se estendeu até agora uma das fases mais atuantes da instituição, despertando o maior interesse dos historiadores, pesquisadores, professores e intelectuais de um modo geral, e a atenção e o apoio das autoridades estaduais e municipais, em especial da Prefeitura de Vitória, da Universidade Federal do Espírito Santo e da imprensa escrita, falada e televisada.

Nesse período, o Instituto Histórico promoveu numerosas palestras e conferências, inclusive de intelectuais consagrados de outros Estados, publicou, com regularidade, sua revista anual, editou vários livros, realizou cursos e seminários, comemorou datas e centenários, inclusive o da Proclamação da República, em comum com a Academia Espírito Santense de Letras e sob patrocínio financeiro do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e realizou extensa programação - as Jornadas de Navegação - na passagem dos 500 anos do Descobrimento da América.

Em cumprimento de seus objetivos de preservação de nossa história e de nossa geografia, esta instituição, sob a administração de Renato Pacheco, criou o Centro de Memória, organizou a Casa Elmo Elton com o precioso acervo do saudoso e notável historiador da cidade de Vitória, reorganizou sua biblioteca, fundou núcleos e realizou programações em cidades do interior, como Cachoeiro de Itapemirim, Calçado, Alegre, Afonso Cláudio, São Mateus e Santa Leopoldina.

Como se pode facilmente concluir, o período da administração de Renato Pacheco neste Instituto foi de fato muito rico em realizações.

Para tentar substituí-lo razoavelmente, vou contar com uma diretoria bem ampliada por recente reforma estatutária. Como vice-presidentes, nesta ordem, teremos Francisco Schwarz, Miguel Depes Tallon, Léa Brígida de Alvarenga Rosa e José Higino de Oliveira. Os demais ocupantes da diretoria executiva serão: José Garajau da Silva, Secretário Geral e Victor Biazutti, Secretário Adjunto, João Bonino Moreira, Tesoureiro Geral e Paulo Stuck de Moraes, Tesoureiro Adjunto. Como oradores, figurarão Aylton Rocha Bermudes, Neida Lucia de Moraes e José Garajau da Silva. O Conselho Fiscal terá como membros efetivos Luiz Borges de Mendonça, Domingos Azevedo e Willis Faria e como suplentes, Argentina Tristão, Hermógenes Lima Fonseca e Milton Teixeira Garcia.

Nesta reunião festiva, cumpre-me o dever de registrar também a posse dos novos sócios deste Instituto. São figuras expressivas de nossos meios culturais e sociais, que ingressam em nossos quadros e, juntamente com os que aqui já estão, muito poderão oferecer em idéias e sugestões e colaborar com a nova diretoria para o engrandecimento da instituição.

Dentro dos objetivos estatutários deste Instituto, pretendemos empenhar todos os esforços, toda nossa capacidade de persuasão e convencimento no sentido de preservar a história e a geografia do Estado do Espírito Santo. Colocar-nos-emos sempre à disposição das autoridades para oferecer estudos e pareceres a respeito de obras e projetos que possam sacrificar, comprometer e/ou alterar o que resta do valioso patrimônio existente no centro histórico de nossas mais antigas cidades, como Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Guarapari, Anchieta, Itapemirim, Santa Leopoldina, Alegre, Calçado, Mimoso e tantas outras, contendo e inibindo, dentro do possível, os impulsos de administradores públicos pouco sensíveis ao que a história representa.

Desejamos, igualmente, dar o maior apoio possível aos pesquisadores e historiadores, a fim de que se levante e se escreva, por setores, a mais minuciosa história de nosso Estado. Muito já se fez e muito há ainda a fazer sobre o ensino e a educação, sobre a justiça, a saúde, a economia, o transporte, a energia, a imigração e também sobre outros setores de nossa vida.

A História está por aí, nos arquivos, nas bibliotecas, nos livros, nos jornais, na memória de cada um, na tradição oral e não é propriedade de ninguém. As versões podem ser muitas, mas a história é uma só. Escrevamo-la sem medo e sem preconceitos, tantas vezes e tão minuciosamente quanto possível, visto que é fascinante e exemplar, seja em que sentido for.

Era o que eu tinha a dizer. Muito agradecido a todos.

História

História Eclesiástica do Espírito Santo

José Schiavo,
Sócio correspondente

Uma das mais antigas freguesias criadas no Brasil foi a do Espírito Santo, que possuía, a esse tempo, uma única vila (Vila Velha). Foi seu primeiro Vigário o Padre João Dormundo, nomeado em 13 de janeiro de 1541 (Cf. **Documentos Históricos**, t. XXXV, pgs. 65). Dependia do arcebispado de Lisboa, pois só em 1550 criou o Papa Júlio III o Bispado da Bahia com jurisdição sobre todo o Brasil.

Seu primeiro bispo foi o famoso Dom Pêro Fernandes Sardinha (1552), que contendeu com o Governador Duarte da Costa. Em 1556 o bispo viajou para a Europa. O navio em que ia naufragou próximo ao litoral de Alagoas. Salvo com outros companheiros, foram aprisionados e devorados pelos índios Caetés.

Em 1550 ficou sujeita a paróquia do Espírito Santo à diocese da Bahia.

Em 19 de julho de 1576, a pedido de El-Rei Dom Sebastião, criou o Papa Gregório XIII a Prelazia do Rio de Janeiro, tendo sido designado seu primeiro prelado Dom Bartolomeu Simões Pereira.

Nessa época passou a freguesia à jurisdição da Prelazia do Rio de Janeiro, à exceção de S. Mateus que, por se encontrar mais próxima da Bahia, continuou pertencendo a esta diocese.

Dom Bartolomeu, sentindo findarem os seus dias, retirou-se para o Espírito Santo, onde assistiu aos últimos instantes do venerando Padre José de Anchieta, vindo ele próprio a falecer ali em 1591.

Em 16 de novembro de 1675 o Sumo Pontífice Inocêncio XI elevou a Prelazia de S. Sebastião do Rio de Janeiro à condição de bispado.

Em 15 de dezembro de 1891 o bispo do Rio de Janeiro conferiu à freguesia de Vitória a prerrogativa de Arciprestado, ficando o seu titular como Vigário Forâneo da Vara, que abrangia todas as paróquias e capelas então existentes na Capitania. Não obstante teve o Arciprestado a sua sede

inicial em Campos, havendo sido designado seu primeiro Arcipreste o Padre João Torquato Martins de Araújo.

A Vila de Campos dos Goitacazes integrava então a comarca judiciária do Espírito Santo e esta se estendia das margens do Rio Macaé às do Rio Doce, formando com o Espírito Santo um único distrito eleitoral. Dai terem sido alguns ilustres campistas representantes do Espírito Santo na Assembléia Geral do Império.

Figuram entre os Arciprestes alguns dos mais preeminentes vultos do Clero capixaba. Dentre eles vários eram políticos e homens de letras, como foram os casos dos Padres Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, Francisco Antunes de Siqueira, João Clímaco de Alvarenga Rangel, Inácio Felis de Alvarenga Sales, João Luís da Fraga Loureiro e João Gomes de Azambuja Meirelles. Este último ocupava o posto em 1874, no derradeiro quartel do Império.

Na condição de Arciprestado continuou o Espírito Santo até 15 de outubro de 1895, ano em que foi criado o bispado de Vitória. Perdurou o Arciprestado durante setenta e seis anos.

* * *

A paróquia de Vila Velha teve por Orago, conforme se sabe, não o Divino Espírito Santo, cujo nome foi dado à Capitania e à Vila, porém Nossa Senhora do Rosário.

A freguesia de Vitória foi dedicada a Nossa Senhora da Conceição, como sucedeu com a maioria das antigas paróquias espiritosantenses.

A "Vila Nova do Espírito Santo", que foi a primitiva denominação de Vitória, recebeu a seguir a de "Vila da Vitória", decorrido algum tempo desde a última arremetida do gentio contra os colonizadores ali refugiados.

Quando fala, por exemplo, o historiador PIZARRO nos começos da Capitania, refere-se sempre à "Vila da Vitória" e sempre à "Vila da Vitória" e somente emprega a expressão "Vila de Nossa Senhora da Vitória" quando alude à freguesia canônica. Pode-se verificar isso no t.II de suas **Memórias históricas do Rio de Janeiro** (2ª ed. pg. 8/34). Mais tarde subentendeu-se o nome da **freguesia** e passou-se a dizer "Vila de Nossa Senhora da Vitória", equivalente a "Vila de Nossa Senhora da (**Conceição de**) Vitória", abreviadamente "Vila da Vitória".

Com a instituição posterior da festa de Nossa Senhora da Vitória pelo Papa S. Pio V em 1571, ficou consagrada a denominação e passou então a Santíssima Virgem a ser venerada sob esta invocação como padroeira da Capital. A festa se fazia então com desusada pompa no dia 8 de setembro,

data que, depois, se tomou como sendo a da Fundação de Vitória. A própria Assembléia Legislativa Provincial colocava anualmente no orçamento verba para sua realização. Com o tempo a festividade perdeu o antigo brilho e foi ficando esquecida. Ainda no regime regencial que se seguiu à abdicação do 1º Imperador, tomou a Assembléia a iniciativa de restabelecê-la. É assim que vemos uma lei promulgada pelo Presidente da Província em 1837, que reza o seguinte:

José Tomaz Nabuco de Araújo, Senador do Império e Presidente da Província do Espírito Santo: faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Revolução seguinte: Art. 1º - Fica restabelecida a Festividade de Nossa Senhora da Vitória Padroeira da Capital da Província que será feita, como antigamente, pela Câmara Municipal. Art. 2º - Nas respectivas Leis e Orçamentos das Câmaras se marcará anualmente a quantia para essa Festividade. Art. 3º - Ficam revogadas as Leis em contrário. Dada no Palácio do Governo da Província do Espírito Santo, aos dezesseis de Dezembro de 1837, décimo sexto da Independência e do Império.

Com a vinda em 1896 do 1º Bispo do Espírito Santo Dom João Batista Corrêa Neri, devoto de Nossa Senhora Auxiliadora, cujo culto havia introduzido em Campinas, onde fora Vigário, e por influência salesiana ao tempo em que não tinham eles santos da Congregação, foi substituída a antiga invocação e a *Catedral Metropolitana* passou a ter por Orago Nossa Senhora Auxiliadora.

As demais localidades espiritosantenses tomaram a denominação da freguesia canônica à medida em que iam sendo criadas, e essa mesma invocação prevalecia para a freguesia civil. Competia ao Governo criar essas freguesias, prover o culto de suas igrejas e pagar a cômputo a seus vigários, de conformidade com o privilégio do padroado outrora outorgado dos Reis de Portugal pelo Papa Adriano VI.

Devido à participação ativa dos portugueses nos combates contra os infiéis no Oriente Asiático, esse Papa conferiu ao Rei Dom João III o título e a prerrogativa de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, estendendo esse privilégio a seus sucessores.

Em 1551, quando os primeiros Jesuítas aportavam no Espírito Santo, o Papa Júlio III incorporava à Coroa de Portugal, além da Ordem de Cristo, as de São Tiago e São Bento.

Foi devido a isso que, desfrutando desse privilégio, cabia ao rei e mais tarde aos Imperadores, criar freguesias, fazer apresentação dos párocos e dos bispos, conceder benefícios eclesiásticos e arrecadar os dízimos, com a obrigação do prover o culto e pagar a cômputo a seus ministros.

Assim a instituição civil das paróquias e a manutenção do culto público se faziam por iniciativa do governo através de verbas para esse fim destinadas, como vemos em diversos atos governamentais no período colonial e nos dois reinados que se lhe seguiram.

Com o advento da República, baixou o Governo Provisório o decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, proibindo a intervenção da autoridade civil nos assuntos eclesiásticos, declarando a liberdade de cultos extinguindo o sistema do padroado existente no regime anterior. Abriu-se em conseqüência nova era na história da Igreja no Brasil. A administração dos negócios eclesiásticos ficou entregue às arquidioceses repartidas em bispados sufragâneos, sob cuja dependência ficaram as paróquias canonicamente providas pela autoridade religiosa competente.

História da conquista da lua

Paulo Stuck Moraes

O término da **II GUERRA MUNDIAL** (1939-1945), deixou, a estadunidenses e soviéticos, como herança, as **V-2 (Vergeltungs-waffe Zwei - Arma de Vingança)**, o primeiro grande foguete moderno. Como já não havia mais grandes desafios a serem vencidos, na Terra, era de se esperar que o Homem se voltasse para o Espaço Exterior, em busca de novas aventuras e novos conhecimentos.

Sonho que povoa o imaginário humano desde as mais priscas eras, tendo sido objeto de obras de ficção desde o século II, (**Luciano de Samósata (125-192)**, em sua **História verdadeira**, descreve uma viagem a outro mundo, no caso, a lua), passando por diversas outras descrições de viagens espaciais, como na obra publicada em 1638, do bispo inglês **Francis Godwin (1562-1633)**, "**O homem na lua**", traduzida em 4 idiomas, e que teve 25 edições entre 1638 e 1767, bem como na obra de **Savinien Cyrano de Bergerac (1619-1655)**, que escreveu "**Estados e impérios da lua**", publicada em 1657, e "**História cômica dos estados do sol**", publicada em 1662, e chegando ao mais profético de todos, o francês **Jules Verne (1828-1905)**, que, em sua obra "**Da terra à lua**", publicada em 1865, descreveu, em pormenores, uma viagem à lua, com detalhes que deixam admirados os cientistas atuais, dadas as coincidências que seriam confirmadas um século depois, com a **Apollo XI**, tais como o local de lançamento, Tampa, distante apenas 35 Km. de Cabo Kennedy, a tripulação de 3 pessoas, forma cilíndrico-cônica do veículo espacial, o tempo de viagem, o uso de retro-foguetes, os efeitos da falta de gravidade e a recuperação do veículo no mar.

"corredores de reentrada", onde haveria redução gradativa da velocidade, o que evitaria a queima do veículo, como acontece aos meteoros; c) apontou, ainda, as vantagens dos foguetes de vários estágios, o aproveitamento da energia solar no espaço, o uso do oxigênio e hidrogênio líquidos como combustível, além de ter construído o primeiro túnel de vento para testar formas de foguetes.

Em seu discurso na Praça Vermelha, na festa do Primeiro de Maio, em 1933, transmitido para todo o país, previu que muitos dos que o ouviam, naquele momento, ainda seriam testemunhas de um voo interplanetário.

Tsiolkowski morreu em 1935, quando, do outro lado do mundo, seus ensinamentos teóricos eram postos em prática por um outro professor, agora de Física, o estadunidense **Robert Hutchings Goddard (1882-1945)**, que, desde antes da **I GUERRA MUNDIAL (1914-1918)**, era um entusiasta dos foguetes, pois via neles um meio de superar as limitações de altitudes dos balões.

Seus primeiros experimentos práticos datam de 1926, obtendo os primeiros grandes sucessos por volta de 1935, quando conseguiu fazer voar a uma altitude de 2.100 m., com uma velocidade de 990 Km./h., e percorrer uma distância de 4.130 m., um pequeno foguete de 3 m. de altura.

Goddard morreu esquecido, em Agosto de 1945, não sem antes examinar uma V-2 capturada aos alemães. Só muitos anos depois, em 1960, obteve reconhecimento oficial do governo estadunidense, que concedeu ao espólio a quantia de um milhão de dólares, pelo uso de suas 214 patentes que abrangiam praticamente todos os aspectos dos foguetes movidos a combustível líquido.

Von Braun e a V-2

A febre dos foguetes era mais forte na Europa, principalmente na Alemanha, onde a influência do romeno **Hermann Oberth (1894-?)**, que, apesar de não ter formulado novas teorias em seu livreto "O Foguete no Espaço Interplanetário" (1923), teve o mérito de ter inspirado a experimentação prática do foguete. O sonho do voar pelo espaço dominava a fantasia dos mais visionários, que faziam palestras sobre o assunto, bem como organizavam associações, como a "Sociedade para Viagens Espaciais" (1927), da qual participava um certo jovem de apenas 15 anos:

Werner Von Braun (1912-1977).

A partir de 1937, sob as ordens do General **Walter Dornberg (1895-1980)**, entusiasta dos foguetes, passa a trabalhar como diretor técnico do centro experimental de armamentos do Exército Alemão, sediado em Peenemunde, no Báltico. Ali produziria, primeiramente, a **V-1**, que era, basicamente, um avião rádio-comandado, movido a foguete e carregado de explosivos, além de um míssil supersônico antiaéreo, de nome **Wasserfall**. No entanto, o grande sucesso seria o foguete de longo alcance **A-4**, militarmente chamado **V-2**, o qual, após o fracasso dos primeiros testes, finalmente logrou sucesso a 03 de Outubro de 1942, voando a mais de 5760 Km./h. e atingindo 200 Km. de altitude.

Produzidas em série, e carregada com cerca de 900 Kg. de explosivos, mais de 1500 V-2 foram lançadas sobre Londres, entre Junho e Dezembro de 1944, e, somadas às V-1, causaram cerca de 8.500 mortes, feriram 46.200 pessoas, além de destruírem perto de 60.000 casas.

Se essa arma inovadora não conseguiu modificar o resultado final da guerra, despertou o interesse de soviéticos e estadunidenses, que se empenharam na captura dos homens que criaram esse armamento fantástico.

Apesar de receber ordens expressas do Alto Comando Alemão para que destruísse toda a documentação a respeito dos foguetes, Von Braun não as obedeceu, e, em companhia dos seus principais colaboradores, inclusive o Gen. Dornberg, empacotou toneladas de documentos, inclusive 100 V-2 intactas, material esse que lotou 300 caminhões, enveredando-se pela Alemanha destruída, atingindo Obeyoch, próximo à fronteira com a Áustria, onde caíram em mãos do VII Exército estadunidense. Após alguns incidentes com o ingleses, que queriam retê-los como criminosos de guerra, todos os principais técnicos e projetistas embarcaram para os E.U.A., enquanto que aos soviéticos sobraram os restos da base de Peenemunde, as fábricas localizadas em Nordhausen e uma centena de técnicos, liderados por um jovem e promissor cientista de nome **Helmuth Grottrup (? - ?)**.

Grottrup e seu grupo foi levado para o Casaquistão, e, em 30 de Outubro de 1947 efetuaram o primeiro lançamento de uma V-2 de solo soviético. Os soviéticos não lhes deram o valor que os estadunidenses deram ao pessoal de Von Braun, e, a partir de 1950, iniciaram a viagem de volta, que terminou com o retorno do próprio Grottrup, em 1953. Os soviéticos simplesmente sugaram os conhecimentos que o grupo possuía, não lhes dando qualquer condição de se fazer evoluir quaisquer projetos que, porventura, pudessem ter.

Quem se aproveitou, basicamente, desses conhecimentos foi um antigo discípulo de Tsiolkowski, que, ao final da década de 1920, detinha a liderança da tecnologia mundial de foguetes, até aquela data: **Sergei Pavlovitch Koroliev (1906-1966)**.

A guerra fria espacial

Enquanto isso, nos E.U.A., Von Braun e seus companheiros transmitiam aos estadunidenses os seus conhecimentos, sem, no entanto, serem "espremidos e jogados fora". Entre 1946 e 1952, foram efetuados 47 lançamentos de V-2 capturadas, da base do deserto de White Sands, sendo o principal, o lançamento efetuado em 24 de Fevereiro de 1949, quando o **Wac-Corporal** atingiu a altitude recorde de 402 Km., penetrando profundamente no Espaço Exterior. No entanto, a maior dificuldade era convencer os militares da importância de seus projetos. Como nos tempos de Hitler, tentava vender a idéia de armas, para obter recursos e poder desenvolver seus modelos com vistas à conquista do Espaço.

Com a **GUERRA DA CORÉIA (1950-1953)**, o Pentágono passou a se interessar por Von Braun, que foi encarregado de desenvolver um míssil de longo alcance, e que pudesse carregar uma ogiva nuclear. Aproveitando esse prestígio súbito, apresentou o **Projeto Orbiter (1954)**, que adaptava um foguete **Redstone** para colocar um satélite de 2,5 Kg. em órbita, projeto esse que teve efêmera duração, pois não houve qualquer interesse por parte do governo.

Em Outubro de 1954, reuniram-se em Roma cientistas de todo o mundo para planejar o **Ano Geofísico Internacional (01-07-1957 - 31-12-1958)**, e pediram que as grandes potências se esforçassem em lançar satélites artificiais durante aquele período.

A pouca atenção dada pelo governo estadunidense ao projeto espacial, e uma autorização para que a Marinha tomasse conta desse projeto (Von Braun estava vinculado ao Exército), deram aos soviéticos a oportunidade de vencerem a corrida para a colocação do primeiro satélite artificial em órbita. Mesmo com os comunicados lacônicos, onde técnicos soviéticos se diziam aptos a colocar satélites em órbita em pouco tempo, os estadunidenses não se mostravam preocupados.

Os primeiros satélites

Quando, a 04 de Outubro de 1957, uma pequena esfera de 58 cm. de diâmetro, 83 Kg. de peso e dois pares de antenas, viajando a 28.800 Km./h. emitiu seus "bips" desde o espaço, o sonho de Von Braun ruiu. Era o **Sputnik I (Pequeno Companheiro)**, o primeiro satélite artificial da Terra.

Apesar da repercussão mundial, o governo dos E.U.A não se mostrava inclinado a autorizar o Exército a tomar a iniciativa de lançar um satélite. Os soviéticos, por sua vez, aproveitavam o sucesso inicial para transformá-lo em propaganda de seu regime político.

O projeto da Marinha (**Vanguard**) continuava preso à Terra, sem demonstrar desenvolvimento e perspectiva próximas de lançamento, quando os estadunidenses sofrem novo golpe: a 03 de Novembro de 1957 é lançado o **Sputnik II**, muito mais pesado que o primeiro, com 560 Kg., e ainda, com um agravante: levava, a bordo, o primeiro ser vivo no espaço, o cão esquimó da raça Laika, de nome **Kudryavka (Crespinha)**.

Mas os fracassos não param. Marcado para 06 de dezembro de 1957, o lançamento do Vanguard se transforma em tragédia nacional para os E.U.A.: ao chegar a zero a contagem regressiva, o foguete tenta iniciar a subida, ergue-se cerca de um metro e despenca fragorosamente, lançando o satélite a pouco mais de 100 m. de altitude, em direção a um pântano próximo, onde terminou sua malfadada aventura.

Nesse ínterim, já estava em andamento o projeto desenvolvido por Von Braun, que recebera autorização do Secretário de Defesa cinco dias após o lançamento do Sputnik II, com o prazo de 90 dias para colocar um satélite em órbita. Enfim, a 31 de Janeiro de 1958 (84 dias após a autorização), sobe o **Explorer I**, primeiro satélite dos E.U.A..

Após tantas desventuras, sobe, a 17 de março de 1958, o **Vanguard I**, que deveria ter sido o primeiro. No entanto, dadas as suas reduzidas dimensões (1,5 Kg. de peso e 15 cm. de diâmetro), esse satélite é quase eterno, pois deverá ficar em órbita por cerca de 200.000 anos.

Em busca da lua

A partir daí, o desenvolvimento dos lançamentos se acelerou, e, já em fins de 1958, os lançamentos passam a visar a lua, apesar de essas primeiras tentativas terem fracassado.

Em 1959, os soviéticos entram na corrida lunar, e lançam, o **Lunik I (02-01-59)**, que passa a 7500 Km. do satélite, mergulhando no espaço infinito, se tornando o primeiro artefato humano a entrar em órbita solar, tendo sido rebatizado com o nome de **Metcha (Sonho)**. A 12 de Setembro do mesmo ano, o **Lunik II** é a primeira sonda a se chocar com outro corpo celeste, espatifando-se próximo ao centro da lua (Os estadunidenses só conseguem repetir o feito em 23 de Abril de 1962, com o **Ranger IV**).

Ainda em 1959, no dia em que o Sputnik I completava dois anos, o **Lunik III** obtém as primeiras fotos do lado oculto da lua (somente em 28-07-64, com o **Ranger VII**, os E.U.A. repetem a façanha).

Um período de fracassos e muitos impactos, com a obtenção de milhares de fotos tiradas por outros Luniks e Rangers, em queda livre em direção ao solo lunar, antecederam dois grandes sucessos soviéticos: a 3 de Fevereiro de 1966, o **Lunik IX** pousa suavemente na lua (o **Surveyor I**, dos E.U.A., só pousaria a 30 de Maio), e a 31 de Março do mesmo ano, o **Lunik X** se torna o primeiro satélite da lua (o **Lunar Orbiter I**, dos estadunidenses, repete o feito, a 14 de Agosto do mesmo ano).

Em Setembro de 1968, os soviéticos fazem a primeira viagem ida-e-volta à lua, com a sonda **Zond V**, "tripulada" por moscas e sementes. Em Outubro, na **Zond VI**, os "tripulantes" são tartarugas.

O homem no espaço

A par desses sucessos com naves automáticas, em busca da lua, outros feitos eram realizados. Ainda na vanguarda da corrida espacial, a 12 de Abril de 1961, o soviético **Yuri Alekseyevitch Gagarin (1934-1968)**, a bordo da **Vostok I (Oriente)**, torna-se o primeiro homem no espaço, e diz ao mundo, estupefacto, que "**A Terra é azul**".

O primeiro vôo tripulado dos E.U.A. só acontece 10 meses depois,

quando, a 20 de Fevereiro de 1962, é lançada a nave **Mercury VI**, levando a bordo **John H. Glenn Jr. (1921-)**.

Também coube aos soviéticos a primazia de enviar a primeira mulher ao espaço: **Valentina Vladimirovna Tereshkova (1937-)**, a bordo da **Vostok VI**, a 16 de Junho de 1963, primazia essa mantida por quase 20 anos, uma vez que, somente a 19 de Agosto de 1982, sobe a segunda mulher ao espaço, e, novamente, uma soviética: **Svetlana Savitskaya (? -)**, a bordo da **Soyuz T-VII**. Completados 20 anos e 2 dias do lançamento da primeira mulher ao espaço, finalmente sobe a primeira estadunidense, **Sally Ride (? -)**, a bordo da segunda missão **Challenger**, a 18 de Junho de 1983.

Os vôos orbitais tripulados se sucedem, cada vez mais longos e com mais tripulantes na mesma nave. Os soviéticos, outra vez, são os primeiros a enviar uma equipe ao espaço, em 12 de Outubro de 1964, ao lançar a **Voskhod I (Aurora)**, com três tripulantes, e, também, fazem o primeiro passeio no espaço, realizado por **Aleksei A. Leonov (? -)**, que subiu a bordo da **Voskhod II**, em 18 de Março de 1965, ficando entre 10 e 15 minutos fora da nave (**Edward H. White, II (? - 1967)**, é o primeiro astronauta dos E.U.A. a realizar a proeza, a bordo da **Gemini IV**, em Junho de 1965).

Manobras em órbita, vôos conjuntos com manobras de aproximação e até acoplamento com naves não tripuladas foram as experiências seguintes do Projeto Gemini, que chega ao fim em 1966.

O ano novo traz as naves **Apollo** (estadunidense) e **Soyuz (União)** (soviética), e, com elas, as primeiras vítimas fatais na corrida para a Lua. Dessa vez, a primazia, infelizmente, é dos E.U.A.: a 26 de Janeiro de 1967, **Virgil I. Grissom (? - 1967)** e **Edward H. White, II (? - 1967)**, veteranos de outros vôos, e **Roger Chaffee (? - 1967)**, estreante, ao realizarem o último teste antes do lançamento da **Apollo I**, morrem queimados cerca de 7 segundos após o início do teste, devido a um curto-circuito no sistema de refrigeração. Também os soviéticos sofrem sua baixa: em 24 de Abril de 1967, **Vladimir M. Komarov (? - 1967)**, primeiro soviético a ir 2 vezes ao espaço, morre ao final dessa segunda missão, a bordo da **Soyuz I**, que se espatifa no solo, após perder os pára-quedas que suavizariam a descida (ao contrário dos estadunidenses, que resgatavam suas naves no mar, os soviéticos sempre fizeram tais resgates em terra, o que agravou a situação de resgate dessa nave).

Só um ano e meio após esse acidente, tornaríamos a ter um vôo tripulado, onde são testadas as **Apollo**s e as **Soyuz**, dessa vez com sucesso, terminando o ano com o histórico vôo da **Apollo VIII**, tripulada por **Frank**

Borman (? -), **James A. Lowell Jr.** (? -) e **Willian Anders** (? -), que passam o Natal daquele ano em órbita da Lua, chegando a apenas 112 Km. da superfície lunar.

Enquanto os soviéticos realizam em Janeiro de 1969 a mais complexa manobra espacial até então realizada, com o engate de duas naves tripuladas, a **Soyuz IV** e a **Soyuz V**, efetuando a troca de cosmonautas, os estadunidenses, definitivamente, e agora sozinhos na disputa, ensaiam a descida na Lua, primeiro com a **Apollo IX**, em órbita terrestre, em Março, e com a **Apollo X**, em órbita lunar, em Maio. Ambas as naves levaram o **Módulo Lunar**, veículo aracniforme próprio para o pouso na Lua, apesar de, nessas duas missões, estar sem o trem de pouso. Nas experiências da Apollo X em torno da Lua, o Módulo Lunar chegou a apenas 14.481 m. de superfície.

A conquista da lua

Finalmente, a 16 de Julho de 1969, é lançada a **Apollo XI**, tripulada por **Neil A. Armstrong** (1930 -), **Edwin E. Aldrin Jr.** (1930 -) e **Michael Collins** (1930 -), sob os olhares atentos e apreensivos de todo o mundo (cerca de 1 milhão de pessoas assistiram o lançamento no local, enquanto que mais de 1 bilhão acompanhava, pela televisão, a subida do **Saturno V**, que levava, no alto dos seus 110 m., a nave Apollo XI).

A 19 de Julho já estão em órbita lunar, preparando-se para o pouso. A tensão cercava a missão, comprovada pela siseudez dos três homens, que estavam enfrentando o desconhecido, além de saberem da presença da nave soviética **Lunik XV**, que partira dois dias antes, na tentativa de colher amostras do solo lunar, automaticamente, antes dos integrantes da Apollo XI, frustrando um dos principais objetivos da missão.

Finalmente, a 20 de Julho de 1969, Armstrong e Aldrin deixam o Módulo de Comando **Columbia** passam para o Módulo Lunar **Águia**, iniciando a descida rumo ao solo lunar. Foram os dezenove minutos mais longos da história da conquista da Lua, em uma descida lenta mas decidida, até o pouso no **Mar da Tranquilidade**. Às 23.56 h. (hora de Brasília), Armstrong deixa a marca de seu pé impressa na superfície poeirenta da Lua. Vinte minutos depois Aldrin se junta a ele. Após 2:10 h. instalando instrumentos, a bandeira dos E.U.A., e de colherem cerca de 27 Kg. de rocha lunar,

retornam ao Módulo Lunar, para, na tarde de 21 de Julho, retornarem a encontrar, em órbita, a nave Columbia. Deixaram em solo lunar uma placa que dizia: **Vimos em paz, em nome de toda Humanidade.**

O regresso correu tranquilo, sem o fantasma do Lunik XV, descendo no Oceano Pacífico a 24 de Julho de 1969.

O Lunik XV não conseguiu seu intento, caindo a cerca de 500 Km. do Módulo Lunar pousado, segundo pôde observar o Observatório de Jodrell Bank, Inglaterra, que monitorou atentamente toda a aventura.

Em novembro, ocorre a segunda missão, com a **Apollo XII**, tripulada por **Charles Conrad Jr.** (? -) e **Alan L. Bean** (? -), que desceram na lua, e **Richard F. Gordon Jr.** (? -), que permaneceu em órbita. Alunizou no **Mar da Tormentas**, onde encontraram, desativado, o **Surveyor III**, que desceu na lua em Abril de 1967, recuperando a câmara fotográfica levada por essa sonda, onde, mais tarde, foi localizada uma bactéria que sobreviveu mais de dois anos na superfície lunar.

O ano de 1970 dá aos soviéticos o sucesso não conseguido no ano anterior. O **Lunik XVI** consegue alunisar, colher amostras do solo lunar e retornar à Terra com sua preciosa carga. Essa missão foi repetida em duas outras oportunidades: em 1972, pelo **Lunik XX**, e em 1976, pelo **Lunik XXIV**, na última missão efetuada à Lua.

Ainda em 1970, os soviéticos, através do **Lunik XVII**, colocam, na lua, o primeiro veículo sobre rodas, o **Lunakhod I**, que explora extensas regiões lunares durante alguns meses, enquanto duram suas baterias solares. Em 1973, o **Lunik XXI** leva o **Lunakhod II**, que repete a façanha de seu antecessor.

O ano de 1970 quase assiste a uma tragédia no espaço, no caminho da lua: lançada a 11 de Abril, com **James A. Lowell Jr.** (? -), **Frederic W. Haise Jr.** (? -) e **John L. Swigert Jr.** (? -) a bordo, a **Apollo XIII** sofre uma avaria grave (explosão dos tanques de oxigênio líquido) a 11.000 Km. da Lua, a 13 de Abril. Essa avaria deixou a nave com pouquíssimo oxigênio, sem eletricidade e sem água, só se salvando a tripulação graças ao Módulo Lunar, que os trouxe de volta à Terra, após uma volta na Lua. Se a avaria ocorresse na volta, após a missão lunar, não haveria salvação para os três astronautas, pois o suprimento de oxigênio acabaria em menos de 15 minutos.

Ainda ocorreram mais quatro missões tripuladas à lua, entre Fevereiro de 1971 e Dezembro de 1972, tendo a **Apollo XV** (Julho de 1971) e a **Apollo XVII** (Dezembro de 1972) levado o **Lunar Rover**, veículo similar ao **Lunakhod** soviético.

Conclusão

Conquistada a lua, colhidas amostras do solo em quantidade suficiente para testes (somente os estadunidenses coletaram, nas seis missões tripuladas, cerca de 400 Kg. de rocha), nenhuma vida humana perdida nessas seis missões, tanto os E.U.A. quanto a U.R.S.S. desistiram de se estabelecer na lua. Já em 1969, os soviéticos (sempre eles), ensaiam a montagem da primeira estação orbital, primeiro com a acoplagem de duas naves em Janeiro daquele ano, depois, com o lançamento simultâneo de três naves em Outubro, que só não se uniram por falhas técnicas, até culminar com o lançamento da primeira estação permanente, em Abril de 1971: **Salyut**.

Também os estadunidenses lançam a sua estação, a **Skylab**, em 1973, e concordam em realizar um vôo conjunto com os soviéticos, em Julho de 1975, quando a **Apollo XVIII** e a **Soyuz XIX** se acoplam a 17 daquele mês, e os seus tripulantes passam de uma nave a outra, realizando experiências em conjunto.

Os programas espaciais atuais têm se fixado em órbita terrestre, os ex-soviéticos se dedicando à efetivação da estação orbital definitiva (atualmente está em órbita a **Mir**), enquanto que os estadunidenses desenvolvem o projeto do ônibus espacial, com naves reutilizáveis (**Columbia, Challenger, Discovery**), não havendo, de momento, qualquer interesse de colonização lunar, apesar de ser uma idéia considerada para o futuro próximo da conquista espacial, pois bases lunares serviriam de ponte para lançamentos menos dispendiosos e com muito mais possibilidade de sucesso, em direção a outros planetas, como Marte e Vênus, por exemplo, face à baixa gravidade lunar (um sexto da terrestre), que favorece o êxito desses empreendimentos, com veículos que utilizariam menor quantidade de combustível no lançamento, podendo ser mais versáteis que os foguetes hoje utilizados.

Bibliografia

ASTRONÁUTICA. In: Almanaque Abril 1981. São Paulo: Editora Abril S/A. 1981.

ASTRONÁUTICA. In: Almanaque Abril 1991. São Paulo: Editora Abril S/A. 1991.

FOGUETES. In: História dos Grandes Inventos. Lisboa: Seleções do Reader's Digest. 1983.

NAVE ESPACIAL. In: História dos Grandes Inventos. Lisboa: Seleções do Reader's Digest. 1983.

BROWME, P.R. Apollo XIII - A morte de tocaia no espaço. In: revista Fatos e Fotos-Nr.482. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A. 1970.

CLARKE, Arthur C. O homem e o Espaço. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editores. 1968.

PEREIRA, R., PEREIRA, R.R. A Conquista da Lua. São Paulo: Edições Veja. 1969.

A questão fiscal e a conduta de Tiradentes

Miguel Depes Tallon (*)

Antes de passar ao exame da questão fiscal e da figura de Tiradentes, gostaria apenas de abordar perfunctoriamente a questão da linearidade da versão existente sobre a Conjuração Mineira. O grande problema é que, decorridos mais de duzentos anos do seu fracasso, a versão existente continua sendo a oficial. Até porque toda a documentação de que se tem conhecimento está contida nos **Autos da Devassa**. Aliás, sobre isso, a historiadora **Beatriz Magalhães** já lembrou que **"a documentação pesquisada até agora é oficial e está praticamente reduzida aos Autos da Devassa"** (in **"Jornal do Brasil"**, Caderno B-Especial, 16. 04-89, p.1). Ora, é de se presumir que os conspiradores, uma vez no exílio, tenham trocado correspondência. E essas cartas onde estariam? Sabe-se que, na prisão, Alvarenga Peixoto se correspondeu com Bárbara Heliodora. Onde estão essas cartas? O que foi feito delas?

A Universidade Federal de Minas Gerais, trabalhando sobre isso, conseguiu listar na Câmara de Ouro Preto 6.843 documentos das mais diversas procedências. Tratam-se de disputas de terras, de heranças, de ordens de Lisboa, de relatórios de autoridades locais e de requerimentos para provimento de cargos. Todos da época. Resta, pois, a esperança de que dessa documentação possa surgir alguma luz nova sobre os integrantes da Conjura e, é claro, sobre o movimento.

Kenneth Maxwell, pesquisando arquivos na Inglaterra, em Portugal e no Brasil, visando ao levantamento das relações entre Portugal e a Inglaterra, no período de 1750 a 1808, logrou revelar uma original análise da Conjuração de 1789, publicada no Brasil, em 1977, pela Editora Vozes, sob o título de **"A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808"**. Na obra, **Maxwell** aborda com rara felicidade a crise

* Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 2 de setembro de 1992.

fiscal do reino lusitano no século XVIII.

Como se sabe, em 1703 Portugal e Inglaterra celebravam o Tratado de Methuen. Ainda que haja em Portugal defensores de tal tratado, hoje, não pairam mais dúvidas de que são seus efeitos que convertem Portugal numa colônia da Inglaterra. Pelo tratado, os produtos têxteis da Inglaterra entrariam livremente em território português, o mesmo acontecendo com o vinho português em relação ao território britânico. Em síntese, o tratado podia ser resumido a isso: tecidos por vinhos. É fácil de perceber as conseqüências que daí advieram para os dois países. Em Portugal, a indústria têxtil sucumbiu por asfixia, incapaz de concorrer com os similares ingleses. Por outro lado, desapareceu qualquer possibilidade de sobrevivência para a indústria vinícola inglesa. Ressalte-se, aliás, que, das nações da Europa Ocidental, é a Inglaterra a única a não ter o vinho como bebida nacional.

Não é difícil, também, verificar o que aconteceu, quando tiveram início os encontros de contas. É claro que a balança comercial pendeu favoravelmente à Inglaterra. Esse desequilíbrio, que se acentuaria ao longo dos anos, só seria atenuado durante o reinado de Dom José I, quando à frente do ministério se encontrava o Marquês de Pombal. As medidas saneadoras impostas pelo Marquês à economia lusitana lograram, por algum tempo, restabelecer o equilíbrio nas relações mercantis entre Portugal e Inglaterra. Para a implementação da política econômica de Pombal foram fundamentais o algodão e o ouro do Brasil. O ouro, em virtude da própria Conjuração, nos interessa mais de perto.

A Capitania das Minas Gerais teve sua idade de ouro no século XVIII. De todo o ouro extraído, cabia à Coroa Portuguesa a quinta parte, justamente chamada de "**quinto**". Em trabalho publicado na edição de nº 40, da Revista deste Instituto, discorrendo sobre o bicentenário da Conjuração Mineira, eu dizia a respeito do ouro mineiro que

"para se ter uma idéia é preciso que se diga que, de 1734 a 1764, a produção de ouro rendeu à Coroa um quinto de três dígitos, por 21 anos, nesse período de três décadas, sendo que dos nove anos em que não se alcançou a marca dos três dígitos de quinto-ouro, três deles não podem ser computados por absoluta falta de informação. Acrescente-se que o quinto-ouro era computado em arrobas, chegando-se ao ponto máximo, no ano de 1739, quando a produção gerou 291 arrobas de ouro, de quinto real". (Tallon, Miguel Depes, "A Propósito do Bicentenário da Conjuração

Mineira", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", nº 40, Vitória: IHGES, 1990, p.27)".

É natural que uma tão intensa exploração do ouro das Gerais viesse provocar o seu declínio. **Maxwell** assim viu a situação: "A renda real de ouro mineiro caiu bruscamente. A quota de 100 arrobas fora satisfeita e excedida na década de 1750. No decênio seguinte o quinto rendeu a média anual de apenas 86 arrobas de ouro, e entre 1774-85 caiu novamente a média, agora para 86 arrobas". (Maxwell, op. cit., p.65).

Para se defender de uma situação que a ameaçava intensamente, a Coroa decidiu adotar a cobrança de um quinto mínimo pelo sistema de capacitação. Esse quinto seria anual e orçaria em 100 arrobas, o que por si só, considerando-se a queda da produção aurífera, já o situava distante da realidade. A diferença entre o quinto mínimo exigível e o quinto real seria paga por toda a população, individualmente. Não é difícil prever o descontentamento que o anúncio da medida acarretou. Receando tumultos, o governo da capitania não fez a "**derrama**" dos quintos atrasados, permitindo que se acumulasse uma dívida impagável de 596 arrobas. Um absurdo que representava a falência total das Minas Gerais. Não podia haver, por via de consequência, ambiente mais propício para uma conspiração, quando se anunciou a chegada do novo governador, Visconde de Barbacena, com ordens para promover a derrama dos quintos atrasados.

Quanto a Joaquim José da Silva Xavier, não pretendo cansar os senhores com informações que ninguém ignora. Gostaria, contudo, de tecer alguns comentários sobre o papel e as atitudes de Tiradentes. Penso que hoje não restam mais dúvidas de que não era o alferes o cabeça do movimento. Outros de maior envergadura possuíam mais credenciais: Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Francisco de Paula Freire de Andrade, entre tantos. Todavia, diversos fatores se conjugaram para que sobre os ombros do alferes recaíssem os ônus maiores da responsabilidade pelo crime de lesa-majestade. É verdade que, de início, Tiradentes negou, para só mais tarde, no quarto depoimento assumir, sozinho, a responsabilidade por toda a trama. Ora, tal fato não pode ser de admirar, visto que, numa conspiração como essa, deveria estar previamente acertado entre os conjurados, que, na hipótese de fracasso, todos viessem a negar sua participação. Mas frente ao fracasso, a conduta de Tiradentes foi exemplar. Que ele devesse à Fazenda Pública, tudo bem num universo em que todos eram devedores; que ele tivesse suas queixas, nada de mais, que outros também as tinham, porquanto os satisfeitos não conspiram. Mas a grandeza, o desprendimen-

to com que Tiradentes enfrentou a condenação e a morte fizeram dele uma figura singular em nossa história. Daí porque, gostaria de encerrar, citando mais uma vez **Kenneth Maxwell**, no juízo que formula sobre Tiradentes:

"A tranqüila dignidade com que Tiradentes enfrentou a morte foi um dos poucos momentos heróicos do fracasso sombrio. Quase um século depois, quando o Brasil implantou a república, ele foi proclamado herói nacional. E esta condição de herói nacional do alferes dos Dragões de Minas não é injustificada: em comparação com o de seus companheiros de conspiração, o comportamento de Tiradentes, ao ser interrogado, foi exemplar, ninguém o sobrepujou em entusiasmo por uma Minas independente, livre e republicana; reclamou para si o maior risco e não há dúvida alguma de que estava disposto a assumi-lo. Conforme dizem ter Cláudio Manuel da Costa afirmado, tomara que existissem mais homens desta têmpera! Tiradentes não era um anjo, nenhum homem o é. Mas, em uma história particularmente carente de grandes homens, Joaquim José da Silva Xavier impõe-se como uma exceção". (Maxwell, op. cit., p.222)".

Documentos para a História

Carta do Ministro Clovis Ramalhete, apreciando a Revista, nº 37.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1987.

Prezado amigo
Alberto Stange Junior.

Agradeço o envio da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", nº 37, de 1986. - Li de uma assentada, e com gosto e proveito. Agora envio-lhe este registro da leitura.

A narrativa de Elmo Elton sobre a Diocese do Espírito Santo, 90 anos, narra com relevo a história da sua implantação. Deparei até com nomes, cuja sonoridade ainda ecoa em minha memória afetiva. O lendário Padre Antunes, assim cercado pela concubina e pelos filhos, em Vila Velha, e apresentando-os ao Bispo, que o visitava, é cena de 1885, que no entanto me narrou minha mãe, que àquele tempo era menina ainda. Por sua vez, ela terá sabido de tudo, de ouvir dizer por seus maiores. - Este meu registro talvez sirva para comprovar a autenticidade da pesquisa histórica de Elmo Elton.

E que valor, na recuperação de títulos e textos do "Teatro Romântico no Esp. Santo", feita por Oscar Gama Filho!

Historiada por Gabriel Bitencourt, a emancipação de escravos no Esp. Santo foi posta pelo autor na moldura maior da História Geral, uma opção mais rica.

Já Manuel Milagres Ferreira pesquisa o nome real da nossa antiga Governadora, a célebre Luiza Grimaldi. Dadas as dúvidas que levantou, culmina ele por apelar para que as pesquisem. Entendo porém, que ele próprio já deslindou o tema - Luiza Grimaldi, concluiu ele, foi seu nome verdadeiro. - Pergunto eu: por que não insistirmos em dizê-la a **primeira mulher** do novo Continente, a exercer poderes de Estado? Tal eram os dos

Donatários, ainda que o Rei deles fosse o suzerano. No texto, senti a falta de qualquer referência ao valor também dos colonos, sob o comando dela, quando enfrentaram os lendários corsários Cavendish e Morgan, nas areias de Piratininga, em Vila Velha.

As recordações de Waldemar de Oliveira, da personalidade marcante de Darcy Monteiro, que conheci, revela curioso episódio do ensino, nos começos do Século XX.

Boa crítica, a de Isaías Ramires, quando exige ortodoxia heráldica para os símbolos oficiais adotados para Estados e Municípios em geral. Concordo com ele em teoria. Mas pondero que no Espírito Santo a tradição e o tempo já recobrem seus símbolos e bandeira. Convalidaram-nos. Assim, ganharam notoriedade, respeito e estima do povo.

Tudo isso merece reflexão. (Mantive no meu gabinete, em Brasília, no Palácio do Planalto quando fui Consultor Geral da República, e na sede do Supremo Tribunal, um **poster** em cores da bandeira do Espírito Santo, com as faixas em azul e rosa, e a sábia divisa "**Trabalha e Confia**").

Que boa narrativa a de J. P. Amorim, sobre os Partidos Políticos no Espírito Santo (1822/1930). Estimaria vê-lo revelar as linhas de subordinação que mantiveram com o centro federal do Poder. Exemplo, a queda de Muniz Freire, decidida de fora, e a conseqüente ascensão do admirável Jerônimo Monteiro e sua equipe, nova no Estado, e também decidida no centro federal. - (No Rio, quando do centenário de Jerônimo Monteiro, proferi uma conferência no Palácio da Cultura - (Min. da Educação), sobre esta grande figura. Dele disse que só a modéstia do capichaba faz com que se diga ter sido ele, apenas, "o maior Governante do Estado", quando de fato foi uma das maiores vocações de Estadista em todo Continente Americano, revelada na sua época. Fiz análise comparativa, nas Américas).

- "São Lucas, Patrono dos Médicos", peça oratória de meu querido José Moisés, é mais do que retórica de ocasião. - Parabéns a ele.

Já o Ricardo B. Costa revela alto nível do geógrafo, se não, o de geo-político. Deu amplitude às breves páginas do seu estudo, "O Rio St^a Maria da Vitória", com análise desta bacia hidrográfica de tal valor integrativo social e econômico.

Por outro lado, quantas revelações, as de Maria Eugenia Fabris Moscon, nas anotações dela sobre vida e obra desse genial Ludovico Persici. Ele foi um menino a quem o ancinho do demônio espetou espírito de aventureiro, curioso gênio caboclo, um irmão roceiro da Da Vinci.

E não pense você que não li os discursos e conferências resumidos

ou transcritos na "Revista". E fui até o fim do relatório do valioso Museu da Imagem e do Som, do nosso ES. - Ora, Stange, em lugar de escrever umas linhas, a cada autor, reúno minhas impressões nesta carta, e mando-as ao Presidente, meu Amigo e eminente Professor, com felicitações a todos, e sobretudo, com o agradecimento pela remessa do ótimo número da "Revista do Inst. Histórico do Espírito Santo".

Afetuosamente,
seu velho amigo e sempre admirador.

Clovis Ramalhete

Crônicas, Comentários e Notas

Maneco e "Vida Capichaba"

Renato Pacheco

Não fora a obstinação de Manoel Lopes Pimenta, proprietário de uma pequena gráfica, seria realmente impossível à **Vida Capichaba** (com ch como se escrevia então) varar quatro décadas de publicação (1923-1957).

Numa loja triangular, na Avenida Capichaba (onde hoje está a Casa Strauch) funcionavam redação e oficinas da revista, em que tantos capixabas se iniciaram nas letras. À frente havia três compartimentos empoeiradíssimos: dois dos compositores manuais, Pedrolino Siqueira e João da Cruz (também presidente do Centenário da Praia do Canto, onde impunha respeito por sua figura enorme e bonachona) e o terceiro onde ficava a mesa desorganizada da administração e redação, e onde certa feita Paulo Vellozo, um dos co-autores de **Cântaridas**, enquanto nos esperava para o caldo de cana no Lyra do Mercado, deixou esta quadrinha para enxovar o dono:

"A Vida, que importa a Vida,
esta Vida fedorenta.
Só serve para dar dinheiro
A Manoel Lopes Pimenta.

No vértice do triângulo, ficava a máquina impressora plana, onde pontificava o Luiz Gorassi, ítalo-capixaba narigudo, às voltas com o acerto manual da páginas que seriam impressas.

Com tão pequeno instrumental, a **Vida Capichaba** prestou importante serviço à cultura capixaba. Maneco, pequenino, muito míope, alegre, uma figura sui generis de jornalista e intelectual capixaba. Antes do Código de Defesa do Consumidor, especializou-se em controlar, pessoalmente, os aumentos nos preços dos mercados, e nas contas de luz da então Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (antecessora da Escelsa).

Poeta satírico, redator das temidas Alfinetadas, usando inúmeros pseudônimos, acomodou-se como professor secundário e manteve a revista, para cuja redação convidava, a leite de pato (gratuitamente como se dizia) amigos escritores como Alvimar Silva, João Calazans, José Luiz Holzmeister, Guilherme Santos Neves, Euripedes Queiroz do Valle, Eugênio Sette, Carlos Madeira e tantos mais.

O irreverente João Calazans ficou poucos números à frente da redação atraindo as iras da sociedade local. Sua crítica literária era deste jaez: O crime, o criminoso e a pena. O crime - o livro. O criminoso - o autor. A pena: o encalhe na livraria. A volumosa epopéia brasileira de Almeida Cousin, Itamonte, foi saudada por ele com um "eta monte"!

No período final da revista, sob a direção de Pimenta, que chamo a fase de Guilherme Santos Neves, pois o extraordinário polígrafo era a alma da redação, procurou-se fazer uma publicação à altura do progresso vitoriense — capas bem cuidadas, colaboração solicitada, a última página imitando **O Cruzeiro**, então a maior revista do país, com crônicas de Eugênio Sette (depois publicadas em **Praça 8**) e de José Carlos de Oliveira, cujo talento era proclamado e temido, estando ele com 15 anos! Tulo Hostílio Montenegro, excelente escritor, redigia a "Cidade das Letras". Muitas vezes Pimenta botava a mão na cabeça, os redatores estavam gastando muito em clichês que eram feitos no Antônio Sepúlveda, do Rio.

Finalmente, já morando no Rio, Pimenta vendeu a revista a jornalistas locais, que procuraram modernizá-la, mas o remédio foi violento e a venerada publicação foi extinta.

Resta aos estudiosos examiná-la em nossa Biblioteca Pública Estadual, e resta aos capixabas do meu tempo recordarem, neste centenário, a figura singular de Manoel Lopes Pimenta, O Maneco.

A Lei Rubem Braga

João Gualberto (*)

Terminei, em dezembro do ano passado, um trabalho sobre Vitória que pretendo lançar como livro no próximo mês de março. O livro foi escrito em parceria com Carol Abreu e Janes De Biase Martins, ficando a primeira responsável pela produção da parte relativa à Vitória Colonial e o segundo àquela relativa ao período de modernização da cidade, iniciado no final do Século XIX. Eu trabalhei os períodos da vida da cidade que se iniciaram com a Revolução de 1930, tendo escrito também um capítulo inicial, que é uma tentativa de desvendar os imaginários da cidade que já foi presépio e hoje ninguém sabe exatamente o que é.

A publicação deste livro será possível graças à Lei Rubem Braga. Foi através deste importante mecanismo de incentivo às atividades culturais que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo solicitou, e conseguiu, os benefícios da municipalidade. Coordenei, no IHGES, as pesquisas que resultaram no livro que terá como título: "Vitória: Trajetórias de uma Cidade".

É interessante comparar as principais reflexões a que o trabalho chega com o próprio mecanismo da lei. Isto porque uma marca que aparece como sendo fundamental da cidade é o seu provincianismo. Explico melhor. No contexto do trabalho foi realizada uma pesquisa de lideranças, concebida e coordenada pelo cientista político Antônio Carlos de Medeiros. Na pesquisa foram levantadas quais são as principais lideranças da cidade hoje, nos vários segmentos sociais: empresariais, comunitários, religiosos, sindicais, políticos, etc. Feito o mapeamento dos líderes, eles foram ouvidos através de pesquisa qualitativa, que tentou levantar suas percepções sobre as identidades culturais de Vitória. Talvez a observação mais presente na percepção das principais lideranças da cidade sobre ela mesma seja a de que Vitória é, como já assinala antes, uma cidade provinciana.

** Professor da Ufes e consultor no CDQ*

Entretanto, este provincianismo aparece com aspectos negativos e positivos. No lado negativo do provincianismo está a pequenez com que as pessoas são normalmente julgadas, o hábito que se tem de falar mal da vida alheia, a dificuldade de renovação das lideranças, a presença de alguns grupos que dominam os diferentes aspectos da vida social. É o famoso **caldeirão do diabo** a que se refere Rogério Coimbra, ou então à imagem saborosa de Carmélia, que dizia que Vitória é como um balaio de caranguejos: basta um querer subir que os outros começam a puxar para baixo.

Do lado positivo está, por exemplo, a relativa facilidade com que nós de classe média resolvemos os problemas do dia-a-dia, justamente porque o provincianismo faz com que conheçamos gente em lugares como bancos e repartições públicas. Deste mesmo lado está a vida mais pacata da cidade, se a compararmos com as grandes cidades brasileiras. Estas sim, verdadeiros infernos tropicais que misturam, num grau explosivo, violência, falta de planejamento, caos urbano. Vitória ainda não tem tal magnitude de problemas.

Eu disse alguns parágrafos antes que é interessante analisar conjuntamente nosso provincianismo com a Lei Rubem Braga, justamente porque acredito que ela é um dos instrumentos que a Prefeitura de Vitória hoje dispõe para ajudar a reverter alguns aspectos do provincianismo negativo. Isto porque Vitória é uma cidade extraordinariamente pobre culturalmente, se levarmos em conta sua dimensão. A Universidade, como instituição, nunca ocupou um lugar importante na produção cultural. Nenhum movimento importante saiu dos muros da Ufes. Apesar de importantes talentos que a instituição abriga, seus esforços são isolados. Apenas nesta gestão, Francisco Aurélio, na sua Secretaria de Cultura, tem feito um esforço mais conseqüente e sistemático. Não sei, entretanto, se ele vai crescer ainda mais, ou ser engolido pela poderosa máquina da burocracia interna.

A Lei Rubem Braga permitiu que a Prefeitura começasse a ocupar este vazio cultural que Vitória tem. Através do financiamento de inúmeras peças de teatro, livros, exposições, pesquisa, espetáculos musicais, dentre outras atividades, muitas das quais ocorridas na sede da antiga Fafi, a Secretaria de Cultura da Prefeitura tem demonstrado que é possível incentivar inteligentemente os animadores culturais da cidade. E que os bons espetáculos e trabalhos têm público. Mais do que isto, a lei, como foi concebida, deixa as principais decisões sobre alocação de recursos para as próprias entidades culturais. Isto porque existem os conselhos que deliberam sobre os recursos, compostos unicamente destas entidades. A Prefeitura coordena estes trabalhos, que pertencem, na verdade, à sociedade civil e aos representantes dos produtores culturais.

Ao Governo de Vitor Buaiz e Rogério Medeiros devemos esta brilhante idéia. Hoje, entretanto, a Lei Rubem Braga pertence à cidade. Sua manutenção e aperfeiçoamento são tarefas da atual administração. Acredito que os responsáveis pela área de cultura da Prefeitura devam criar um instrumento normativo que priorize de forma mais clara os investimentos em cultura, sem, entretanto, criar normas burocráticas imobilizantes. Acredito que consolidar e fazer avançar uma política cultural que nos ajude a vencer o provincianismo é uma tarefa tão importante para o prefeito Paulo Hartung quanto aquelas ligadas aos processos políticos e econômicos, no que eles têm de autônomos. A Lei Rubem Braga é um importante instrumento desta política.

Sergipanos na terra capixaba

Arivaldo Pontes (*)

Sergipe sempre foi terra de emigrantes. A pequenez do território, as condições difíceis para a maioria da população fizeram, como ainda hoje, que o sergipano vá lutar e vencer na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros Estados.

Falaremos aqui de 3 laranjeirenses que, por razões várias, se radicaram no Espírito Santo.

O primeiro da lista é FRANCISCO LEITE DE BITTENCOURT SAMPAIO.

Foi presidente da província do Espírito Santo no período 1867-68, quando era deputado geral pela sua província natal.

Nasceu em Laranjeiras em 1834, filho do negociante português do mesmo nome e de D. Maria de Santana Leite Sampaio.

Seguindo o caminho da maioria dos seus patrícios começou os estudos de direito na Faculdade do Recife, vindo concluí-lo na de São Paulo, onde se formou em 1859.

Interrompeu os estudos em 1856 para acudir os seus conterrâneos enfermos por ocasião da epidemia de cólera-morbus. Pelo seu gesto humanitário e desinteressado foi agraciado pelo Governo Imperial com a Ordem da Rosa. Declinou de honraria por ser "incompatível com as suas idéias políticas".

Já se achava imbuído do ideal republicano.

Colaborava em jornais de Sergipe e de São Paulo.

Era figura bastante estimada no meio acadêmico. Redigia o jornal Guaianá em 1856.

Foi o autor do Hino Acadêmico, que foi musicado por Carlos Gomes. São "estrofes de fé" no futuro da pátria, concitando os jovens a trabalhar pelo Brasil.

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Ao retratar o seu perfil, diz o jornal acadêmico **O caleidoscópio**, de 1860: "Não rima uma quadra, sem que tenha envergado sua casaca azul, de botões amarelos, e um boné da mesma fazenda na cabeça".

Concluindo o curso foi deputado geral por Sergipe para as legislaturas 1864-66 e 1867-70.

Em 1870 desligou-se dos partidos monárquicos, assinando o célebre Manifesto Republicano. Suas relações com o Governo só se reataram após a Proclamação da República.

Foi inventariante dos papéis da Câmara dos Deputados, redator dos debates da Assembléia Constituinte (1889-92) e finalmente diretor da Biblioteca Nacional.

Ainda como estudante publicou, com Macedo Soares e Salvador de Mendonça, o livro **Harmonias brasileiras**. (1859).

Em 1860 saíram as **Flores silvestres** (poesia). Sobre o autor dissera Silvio Romero: "Poeta de merecimento e filósofo idealista", e sobre o livro: "predomina o lirismo local, tradicionalista, campesino, popular, sendo por este lado um dos melhores do Brasil".

A partir de 1870 converte-se ao espiritismo. E desde então os seus trabalhos têm um fundo religioso. Aparecem o **Evangelho de São João** (versos, 1880), **A divina epopéia** (versos, 1882).

Traduziu livros de Longfellow: **Poema da escravidão** (1884), de Vitor Hugo **A bela Sara** (1885). Publicou ainda **A nau da liberdade** (poema épico, republicano, 1891) e **Do calvário ao Apocalipse** (livro espírita, ditado ao Grupo Ismael da Federação Espírita Brasileira).

Faleceu nesta Capital a 10 de outubro de 1895.

O segundo da lista é o GENERAL ARISTIDES ARMINIO GUARANÁ. Também nasceu em Laranjeiras, cognominada a "Atenas Sergipana", em 1842.

Após estudar os preparatórios em Salvador e Aracaju, assentou praça com destino à Escola Central em 1859.

Em meio dos seus estudos romperam-se as relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai.

Interrompeu o curso a fim de seguir para o campo de luta, onde tomou parte nos combates de 2 de maio e 16 e 18 de julho de 1867 e na batalha de Lomas Valentinas a 21 de dezembro de 1868, onde perdeu o braço direito nas linhas de Pequiciri.

Foi condecorado com a Ordem da Rosa (graus de cavaleiro e oficial) e Ordem de Cristo (cavaleiro). Recebeu também a Medalha do Mérito Militar e a da Campanha do Paraguai. Também foi agraciado pelas Repúblicas da Argentina e do Uruguai com as respectivas medalhas da Campanha do

Paraguai.

Foi ajudante de Campo do Marechal Conde d'Eu. Finalmente a 10 de janeiro de 1874 foi reformado na patente de Capitão, por incapacidade física e, depois, promovido na República, a General de Brigada honorário.

Havia obtido as promoções a 2º tenente, a 1º tenente e a capitão, por atos de bravura no campo de batalha.

Voltando do Paraguai em 1870, concluiu o curso da Escola Militar recebendo o título de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais.

Exerceu várias comissões civis, foi engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil), engenheiro da província de Sergipe e engenheiro em comissão na província do Espírito Santo, como Diretor da Colônia Santa Leopoldina.

Lá fundou o núcleo Colonial Conde d'Eu, que dirigiu por 3 anos e foi o embrião da progressista cidade capixaba de Ibirajuba.

O Espírito Santo sagrou-o deputado provincial nas legislaturas 1880-81 e 1882-83.

Era poliglota. Falava além da língua vernácula, o francês, espanhol, italiano e guarani.

Na Capital Federal foi oficial vitalício do registro de protesto de letras.

Publicou vários relatórios e foi diretor e redator do jornal **Estado de Espírito**, de Vitória, no período 1903-07.

Finalmente o herói, o engenheiro que realizou um belo programa de colonização e nacionalização, faleceu aos 84 anos de idade, a 29 de dezembro de 1927.

O terceiro da lista é o PROFESSOR JUSTINIANO DE MELO E SILVA.

Bastante conhecido no princípio do século por seu livro **Nova luz sobre o passado**, aparecido em 1906, com o pseudônimo de A Sergipe.

Elogiado por Fausto Cardoso, deputado federal por Sergipe, que tombou, assassinado, em praça pública naquele mesmo ano em Aracaju e que se batera pela publicação do livro pela Imprensa Nacional.

O livro que trata da "queda dos mistérios históricos" foi objeto de grande debate nos meios intelectuais da época.

O assunto abordado não é de fácil leitura. O acadêmico Genolino Amado, no seu livro **Um menino sergipano**, ao tratar da obra de Justiniano, chama o livro de "esotérico, incompreensível, cabalístico".

À crítica mordaz de Medeiros de Albuquerque, e à de Agripino Grieco, bastante sarcástica, se antepõe outra de Farias Brito. Este diz: "a exposição é magnífica e o estilo é sempre límpido e, às vezes, até grandioso". Também Luiz Carlos Dantas Rolemberg e Freire Ribeiro se manifestaram em defesa do intelectual patricio.

Mas a obra que teria 2 ou 3 volumes parou no 1º volume, devido a um incêndio nas oficinas da Imprensa Nacional.

Justiniano nasceu também em Laranjeiras em 1853. Com Silvio Romero redigiu, em Recife, na Faculdade de Direito, o jornal literário **A crença**.

Retornou a Sergipe em 1871, quando foi nomeado professor de inglês do Ateneu Sergipense. Deslocou-se para o Rio Grande do Sul e de lá para o Uruguai e a Argentina.

Em 1875 recebeu o grau de doutor em ciências sociais na Faculdade de Córdoba (Argentina).

Vai viver no Paraná, onde exerceu o cargo de Secretário do Governo. Foi professor no Instituto Paranaense e na Escola Normal.

Eleito deputado provincial em 4 legislaturas.

Em 1896 volta a Sergipe e leciona novamente no Ateneu Sergipense.

Pertencia à maçonaria. Escreveu em vários jornais de Sergipe e do Paraná (**Jornal do comércio** e **Revista azul**).

Escreveu ainda **História da revolução do Paraná**, 1894, **Fetichismo e idolatria** (estudo filosófico), **Leis da educação** e **Direito Constitucional**.

Faleceu na cidade de Colatina (Espírito Santo) em 1940, aos 87 anos de idade, em "quase completa obscuridade".

Foi poeta e do seu estro, "maneiroso e suave", na opinião do nosso confrade Liberato Bittencourt, deixou-nos belas composições.

Era homem de "lúcido espírito e de grande saber", conclui o mesmo escritor catarinense.

São personalidades marcantes que honraram o seu estado natal e o do Espírito Santo, que os acolheu.

30 Anos sem Newton Braga

Miguel Depes Tallon

Na pesquisa que fiz para relacionar os eventos que deveriam ser lembrados em 1992, a pedido de Renato Pacheco, cometi a falha imperdoável de omitir o trigésimo aniversário da morte de Newton Braga. Newton foi um dos maiores poetas - vou me poupar de dizer o maior, para que não me acusem de cachoeiranismo - de toda a História da Literatura Capixaba.

Nascido no dia 11 de agosto de 1911, na fazenda do Frade, em Cachoeiro de Itapemirim, Newton Braga se ligou de tal forma à sua cidade natal que, hoje, é difícil separar o lendário do real, em sua vida. Para início de conversa, foi de tudo: beque central do "Estrela do Norte Futebol Clube", jornalista, diretor do **Correio do Sul**, poeta, cronista, professor e, finalmente, tabelião do Cartório do 3º Ofício, em Cachoeiro.

Contam que, como tabelião, procurava furtar-se ao uso do paletó e da gravata. Numa certa ocasião, um jovem juiz, desses que acham que vão reformar o mundo, exigiu-lhe o uso do paletó e da gravata. Newton nem pestanejou: requereu licença e continuou em manga de camisa.

De outra feita, dizem que era costume seu, na velha casa, na Rua 25 de Março, deixar a cachaça numa moringa aberta, na janela. "Era para pegar sereno" - se defendia -, que, com sereno ficava mais gostosa".

Na introdução que fez à **Poesia e prosa de Newton Braga**, publicada logo depois de sua morte, em 1962, seu irmão Rubem apontava como sendo dois os livros publicados por Newton em vida: "**Lirismo perdido**" e "**Cidade do interior**". Vou me permitir, agora, tanto tempo depois, fazer uma ressalva: não foram dois os livros publicados por Newton em vida, mas três. O terceiro foi "**Histórias de Cachoeiro**".

Numa edição do "Correio do Sul", que dirigia, Newton publicou uma crônica, onde dizia que sua cidade não era tão bonita assim, o rio era magro e outras coisas mais. Mas se tivesse de escolher, de novo, um lugar

para nascer, escolheria Cachoeiro. "- O porquê"? - escrevia ele. "Sabe-se-lá o porquê das coisas do coração"?

Como poeta, Newton foi de um lirismo insuperável. Seu poema "**Namorados**" é um dos mais belos de toda a Literatura Nacional. Ei-lo:

"**Namorados**"

Quis ser sincero uma vez. Tomei-lhe as mãos entre as minhas,
— como nas velhas baladas —
pousei meus olhos nos seus
— como nas velhas cantigas —
e lhe falei, docemente, verdades desconsoladas:

"— Tu não me és indispensável mas me fazes bem.
Eu te quero, um pouco por amor, um pouco por hábito.
Não és a que eu esperava, mas sentirei, se tu partires".

Percebi uma promessa de lágrimas nos olhos dela e me acovardei:
"— Mentira, querida. Tu és o meu primeiro, o meu único amor:
o meu sol, a minha razão de ser".

Mentiras já tão bisadas...
Tal qual nas velhas cantigas,
Tal qual nas velhas baladas..."

De "**Fraternidade**", foram extraídos os versos que, hoje, constam de seu monumento, na Praça Jerônimo Monteiro, em Cachoeiro de Itapemirim:

"esta sensibilidade que é uma antena delicadíssima,
captando pedaços de todas as dores do mundo,
e que me fará morrer de dores que não são minhas".

Newton morreu, como sempre viveu, mansamente, na madrugada de

1º de junho de 1962, não sem antes ter proclamado, em seu poema **"Eu continuo a fazer versos"**:

"Quem me estima me desculpa: eu faço versos.
Não tenho culpa de ser assim sentimental,
e é o melhor bem que possuo, este meu mal.
Quero que me deixem - como se não existisse -
essa loucura mansa e inofensiva
de fazer versos, de escrever tolices..."

Maçonaria

José Higino de Oliveira (Taneco)

Sociedade de homens livres e de bons costumes, ligados pelo laço de fraternidade e que se reconhecem, entre si, por sinais, toques e palavras convencionais. Espalhadas por todo o mundo, devem seus membros prestar-se ajuda, onde quer que se encontrem, seja qual for o país, e classe social ou organização a que pertençam. A admissão à maçonaria só ocorre após cerimônias de iniciação, constituídas de provas de resistência física e integridade moral, além de juramento de manter sob rigoroso sigilo os segredos da confraria. Não são admitidos ateus ou agnósticos. Os maçons chamam "Loja" ou "Oficina" o local de suas reuniões; "templo" a sala fechada onde realizam seus trabalhos, presididos pelo "Venerável". São três os graus de hierarquia maçônica: Aprendiz, ou membros novos que constituem as oficinas simbólicas, companheiros; logo acima, mestres ou maçons perfeitos. Além desses, há outros graus, de caráter honorífico, em número variável, de acordo com o rito.

É muito discutida a origem da maçonaria. Alguns autores situam-na nos primórdios da Antiguidade oriental; outros admitem como fundador Hiram-Abif, arquiteto do templo de Salomão; para outros, deriva dos mistérios do Egito ou da Grécia ou, ainda, das corporações operárias criadas por Numa, em 715 A.C.. Considera-se entretanto, mais provável, seja ela um desenvolvimento das confrarias medievais de pedreiros livres, especialmente da Inglaterra. No início do séc. XVII, começaram algumas lojas a admitir pessoas estranhas à Arquitetura. Com o tempo, assumiram as lojas de caráter puramente simbólico, conservando-se, porém, os símbolos antigos, representados pelo avental, o esquadro e o compasso, além de outros, cujo sentido só os iniciados conhecem. Em 1717, fundou-se em Londres a primeira Grande Loja simbólica. Em 1723, as "Constituições dos Maçons", do Pastor James Anderson, dão à ordem seu caráter secreto e místico. Daí em diante, multiplicam-se as Lojas: da Inglaterra passam ao

Continente e ao resto do mundo. A ela aderem os membros das classes mais elevadas, atraídos por seu ideal de liberdade e fraternidade. Assim, malgrado sua feição mística, tornou-se a Maçonaria propagandista do racionalismo filosófico do Séc. XVIII. Os papas a condenaram. Importante foi seu papel na independência das nações americanas. Vários vultos importantes da História do Brasil foram maçons, inclusive o imperador D. Pedro I, que ao ser iniciado recebeu o nome de GUATIMOZIM. (A.D.S.), último imperador asteca do México, que defendeu heroicamente o México contra os espanhóis e foi enforcado em 1525, por ordem da Corte.

Antes de ser executado, deitaram-no sobre brasas, para que a dor o obrigasse a confessar onde tinha escondido os seus tesouros. Junto com ele o seu ministro sofria o mesmo suplício e, em dado momento, pediu-lhe licença para revelar o segredo, por não poder suportar mais tão horrível tortura. E eu? Respondeu-lhe Guatimozim. Jugas que estou num leito de rosas? Essas palavras aplicam-se para dar a entender que não se é o único a suportar as amarguras duma empresa comum.

A história negativa do progresso humano

A liberdade e a igualdade são condições do progresso científico e do progresso moral, e também da paz no mundo. O que define a liberdade é o direito de opinião.

Maçonaria, sociedade secreta, política filantrópica, que usa como símbolos os instrumentos de arquitetos e pedreiros, é como que FRANCO-MAÇONARIA, arte de pedreiro. Na antiga Liga das Nações, foi a influência maçônica que fez vingar a obra de emancipação social de que hoje gozam as massas proletárias da maior parte do mundo. E foi lá, no grande cenáculo que os seus QUATORZE PONTOS construíram o Evangelho das Nações Livres, que eliminaria as guerras de conquista e tornaria livre a consciência humana. Infelizmente venceram as forças antagônicas.

Na atual organização das Nações Unidas foi ainda a influência maçônica que permitiu a codificação da "Declaração dos Direitos Humanos", o que assegurou o bem-estar e a igualdade de todos perante a Lei.

O Mestre vale pela sua humildade, pelo que sabe dia a dia se esvaem ou desmoronam as possibilidades de ser mais, porque o MESTRE SE VÃO...

Recordações linharenses

Atahualpa Duarte Calmon Costa

1 - O Porto das Pedras - Rio Juparanã

Em nome do progresso muita coisa tem desaparecido e nem sempre para melhor.

O Porto das Pedras é um exemplo vivo do desprezo por algo que foi tão importante para nosso Linhares antigo.

Descrever a parte física do porto é relativamente fácil, porém ele era algo mais que um calçamento: era história e sentimentos. Ele fica ali, atrás da casa do professor Octaviano.

Acredito que na obra construída por nossos pioneiros tenha sido usada a força de trabalho escravo e pedras do Pontal do Ouro, "Lagoa Juparanã".

Havia enorme semelhança no calçamento do porto com o calçamento da ladeira de pedestres do Convento da Penha em Vila Velha.

O início do calçamento era submerso e mesmo em épocas de seca havia lâmina d'água de aproximadamente dois metros sobre o mesmo.

Do início do calçamento até a Rua Bela Vista era um plano inclinado com concavidade no centro da pista, daí bifurcava até a Praça 22 de Agosto e parte alta da Rua Bela Vista.

O porto tinha vida no movimento dos carregadores de água, na labuta das lavadeiras, na chegada e saída dos burareiros (trabalhadores das roças de cacau), na travessia de animais, montarias e cavaleiros, nos banhistas, nos pescadores, nas cargas diversas, nos papos e fofocas, etc..

Três coisas atraíam a atenção dos rapazolas: o banho madrugador de Padre Aníbal, que devido ao uso constante da batina tinha o corpo de impressionante alvura, a assiduidade do banho matinal de Menininho (Lauro Feu- ainda residente na Rua da Conceição) e, o mais interessante, quando

as moças banhavam-se de maiô. Via-se só um pouco do corpo, mas era um sucesso.

O misticismo também fazia parte do porto. À noite tínhamos a impressão de que havia alguém subindo ou descendo a ladeira, talvez fossem escravos, índios, pioneiros ou personalidades como o Imperador D. Pedro e outros visitantes ilustres. Por duas vezes D. Pedro galgou a ladeira do Porto das Pedras, quando de sua chegada a Linhares em 03-02-1860 e quando do retorno do passeio que fez à Lagoa Juparanã.

O Porto tinha seus dias de maior movimento quando da travessia das boiadas, e em época de férias quando o vapor Juparanã atracava cheio de estudantes e familiares que, curiosos por conhecer Linhares, faziam uma rápida parada seguindo em excursão até a Lagoa Juparanã.

Nas épocas de piracema na Lagoa Nova, milhares de curimatãs eram capturados e transportados para Linhares e ali eram vendidos ou preparados para salgar e posteriormente serem comercializados nos armazéns das fazendas de cacau.

Geralmente centenas de ovas de peixe eram devolvidas ao rio sem o menor sentimento de culpa contra a natureza.

Quase toda a colonização estendia-se às margens do Rio Doce e lagoas com ligação ao mesmo. O Porto das Pedras era o ponto de partida ou chegada dos colonos. Naquele tempo o porto reinava.

Apesar de tantos serviços prestados e do seu valor histórico, o Porto das Pedras não existe mais - está morto, foi agredido, violentado e desmoralizado.

Foi agredido pelo SAAE quando removeu suas pedras rasgando a pista ao meio para acentar tubulação de esgoto; violentado, quando o ex-prefeito José Rodrigues Maciel, vulgo "Zé Vasquinho", para calçar a Rua Bela Vista, com trator de esteira rebaixou as cabeceiras da ladeira e deixou o material no meio da depressão eliminando a continuidade de declive anterior até o rio.

Desmoralizado com aquele bolsão de miséria que ali se instalou com barracos e esgoto a céu aberto.

Lamentável a falta de sensibilidade das autoridades que permitiram que a degradação do Porto das Pedras chegasse ao ponto que chegou.

Lamentável a ausência de responsabilidade para com a coisa pública por uma seqüência de prefeitos, que se omitiu, consentiu na destruição de um patrimônio histórico de tão gratas lembranças para as pessoas que conheceram e amaram o saudoso Porto das Pedras.

Mais lamentável ainda é rasgar a história e impedir que estas gerações de hoje desconheçam suas raízes.

2 - Pantanal linhareense - O vale da Lagoa Suruaca

Verdadeiro paraíso ecológico. Imenso viveiro que ligava as veredas marinhas às terras altas do oeste, as margens do Rio Cricaré até próximo ao Rio Doce.

No ar, o fascínio das revoadas de milhares de aves aquáticas.

Na água, impossível seria contar as luzes refletidas nos olhos dos jacarés que brilhavam à luz das lanternas nas noites sem lua.

A variedade e abundância de peixes, impressionante.

Nas matas brejadas, bandos de macacos, saguis e quatis partilhavam com os papagaios e outras aves de uma grande e alegre algazarra nos palmitais que pareciam não ter fim...

Capivaras, queixadas, porcos do mato, tatus, preguiças, mutuns, jacupembas, jaós, jaguatiricas, suçuarana, canguçu eram população comum e numerosa.

De paraíso ecológico para paraíso de caçadores e pescadores.

À proporção que meios de transporte foram surgindo, a fauna foi desaparecendo.

Os jeeps iam pela costa ou por estradas precárias.

Aviões eram usados para transporte de peixes da barra do Rio Ipiranga para Linhares, Colatina ou Vitória.

Na Lagoa Bonita o avião "teco-teco" fazia parte das caçadas, forçando os bandos de patos e irerês a passarem em cima dos caçadores que, com suas espingardas de grosso calibre, abatiam diversas aves a cada tiro.

Era fácil matar as aves da varanda da casa da fazenda, entre um trago e outro de whisky.

Outros caçadores matavam dezenas de jacarés em uma só noite em competições de quebra de récorde.

Desavergonhadamente, estas e outras chacinas eram tachadas de "esporte".

Hoje... hoje... nem flora nem fartura de caça e pesca. Apenas pecuária.

3 - O barco Bom Jesus e a história de Linhares

Este barco não era tão imponente quanto o Juparanã, mas prestou muitos serviços à população ribeirinha do baixo Rio Doce.

Foi construído em Hamburgo (Alemanha) em 1925, com desenho do casco plano com semitúnel, próprio para navegar em rios de baixo calado.

Tinha 12,50 metros de comprimento por três metros de largura. Era equipado com motor de centro tipo "cabeça quente" e propulsão a hélice.

O Bom Jesus substituiu o Juparanã diversas vezes, quando este estava em reparos. Funcionava como "chata" a reboque do Juparanã, transportando até 300 sacos de cacau por viagem quando despojado de seu equipamento de navegação.

Um barco elegante, muito interessante - Antes de seu motor ser posto em funcionamento, era necessário usar dois maçaricos a querosene para aquecer o cabeçote até ficar incandescente. Podia inverter a rotação com o controle manual da bomba injetora. Possuía cobertura para proteção de cargas e passageiros, construída em armação metálica e lona. Safenas para serem arriadas protegendo do sol ou chuva.

Quando da construção da ponte Getúlio Vargas, o casco do Bom Jesus foi cedido pelo estado à CIA Ipiranga de Engenharia e Comércio Ltda. Transformou-se num potente rebocador transportando pedras do Pontal do Ouro para a margem sul da Ponte Getúlio Vargas, onde funcionava o britador.

Interessante ver o Bom Jesus arrastando garbosamente dois flutuantes lotados de pedras, rompendo as fortes ondas de vento sul da Lagoa Juparanã, cruzando quase toda extensão de suas águas. Neste trajeto, vencia o sinuoso Rio Juparanã (Pequeno) e concluía a luta nos baixios do Rio Doce (época da seca) ou a violência da correnteza (época de enchente).

Após o término da ponte, viu-se despojado de seus equipamentos e abandonado logo abaixo da ponte que ajudou a construir. Foi a pique e quase totalmente soterrado. Alguns funcionários do estado quiseram recuperar o casco, porém após algumas tentativas o abandonaram.

Um caso de amor antigo me motivou a retirada do Bom Jesus do fundo do Rio Doce.

Contando com a colaboração de meu irmão, Valdo Calmon Costa, peguei uma moto-bomba emprestada com mestre Paco (Francisco de Paula Arnal Fabre) e com Nego Serafin uma potente talha mecânica. Ajuntei outros apetrechos próprios. E... Imagine! Consegui flutuar e navegar nova-

mente o Bom Jesus.

Adaptando um motor com rabeta na popa, levei-o até a praia das Três Pontas onde ficou um ano atracado. Retornou ao porto das balsas no Rio Doce e ali permaneceu em terra um longo tempo. Posteriormente, por favor de meu amigo, Maurício Fernandes Filho, o barco foi transportado para junto do cemitério onde passou mais uma longa temporada. Tendo que desocupar a área que o barco ocupava, levei-o para a fazenda Rio Juparanã próxima a Linhares.

Hoje, quem navega o Rio Juparanã, vê em cima de uma baranca, na quarta curva a partir do Rio Doce, o que resta do prestimoso e elegante Bom Jesus.

O costumeiro descaso das autoridades públicas e minhas constantes dificuldades financeiras vão permitir que o Bom Jesus e um pedaço da história de Linhares se desintegrem em óxido de ferro.

A Poesia é necessária

Sob o título acima, Rubem Braga publicava ao pé de suas crônicas na revista **Manchete**, mais ou menos na década de 50, uma poesia de sua competente escolha, de autor conhecido ou não. Há quem diga que o título não foi criado por ele, mas, por ser muito sugestivo, tornou-se do domínio de todos, como acontece com provérbios e ditos populares.

Assim, a partir deste número, com o mesmo título, esta revista vai manter uma página para publicar poesias de nossos associados e hoje a inicia com o belíssimo poema de Renato Pacheco e seus irmãos, referindo-se ao seu pai Filogônio Pacheco, falecido em 16 de abril de 1990 e que é um nome da História de nosso Estado.

Mestre Filó

1896 - 1990

Viveste bem. Quão bem viveste!
Não perseguiste Honra nem Glória.
Desdenhaste o Poder e a Riqueza.
Mestre na arte de bem viver,
em 93 anos só tiveste amigos.

E, no sonho do Norbim, teu companheiro,
correndo, qual criança, no Mareiro,
boné de Comandante na cabeça
atravessaste a ponte do mistério
e foste pescar cavalas, no infinito!

R & R

19.04.90